

Fernanda Maria Figueiredo Dias

- A Importância das Misericórdias no Contexto do Século XXI –

(Horizontes de Mudança ou Emergência de um novo Paradigma?)

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil – Modernidade e Desenvolvimento Local

Dissertação de Mestrado em Sociologia - Políticas Locais e Descentralização, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Ruivo,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fernanda Maria Figueiredo Dias

**- A Importância das Misericórdias no Contexto do Século XXI –
(Horizontes de Mudança ou Emergência de um novo Paradigma?)**

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil – Modernidade e Desenvolvimento Local

Dissertação de Mestrado em Sociologia - Políticas Locais e Descentralização, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Ruivo,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dedicatória

À memória de meus pais, Francisco e Julieta, que me deixaram sozinha no mundo quando tinha quinze anos de idade. Pelos bons exemplos que me deram e pela dignidade que me legaram. Com especial e profunda admiração para a minha mãe, pela lição de vida, lapidar, de coragem, de tenacidade e de estoicismo, que me tem norteadado ao longo da minha existência ...

Aos meus filhos, adorados, ímpares, Gonçalo e Sancha Julieta, razão primordial de eu ter cumprido o desígnio que a minha mãe me deixou traçado ...

Ao sorriso do meu netinho, Santiago, meu prémio de vida, minha dávida de Deus.

A Deus, amigo precioso, sempre presente, que nunca me abandonou, que tem guiado e iluminado no meu caminho...

À amiga Ninita, a amiga de antes...e de sempre, pela amizade, e pelo papel místico e indecifrável que representa na minha vida.

Ao meu marido, por tudo...mormente por ter aceitado casar comigo aos quinze anos de idade ... o que me permitiu ser a mulher que hoje sou...

AGRADECIMENTOS

Paulatinamente, nos nossos percursos, determinadas circunstâncias vão penetrando na nossa vida quase sem nos apercebermos, e começam a moldar os nossos estímulos e as nossas orientações definindo quase que inconscientemente o nosso caminho, as nossas motivações, as matérias acerca das quais, elegemos os nossos temas inserindo-os no centro das nossas vidas...das nossas obsessões.

Garcia Marquez, advoga, que “as obsessões dominantes prevalecem contra a morte”.

No que respeita à realização deste trabalho admito que se tratou de uma obsessão dominante, que prevaleceu durante um período considerável de tempo, e admitir também, inquestionavelmente, o facto de alguns caminhos e pessoas terem exercido influência crucial e decisiva na definição do tema, na construção dessa obsessão e da metodologia que inerentemente lhe está subjacente.

Este trabalho é pois consequência de alguns encontros e desencontros e é penhorado devedor de um grupo de pessoas que me facilitaram a tarefa facultando-me importantes contributos, pois como sabemos o trabalho de investigação implica a leitura de inúmeros fólios e a apresentação dos resultados em texto que consiga carrear uma grande massa de informação de forma clara e organizada, exigindo persistência, profundidade, reflexão e introspecção, traduzindo-se numa caminhada solitária e árdua, por vezes mesmo angustiante, que só com a colaboração de alguns intervenientes é possível levar a bom termo.

Impõe-se, e é devida, uma palavra de apreço e de justo reconhecimento e gratidão, a todos aqueles que com dedicação e competência, contribuíram das mais diversas formas para a realização deste trabalho:

Ao Professor Doutor Fernando Ruivo, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o orientador desta Tese, o amigo, sábio e afectuoso, o crítico construtivo, que me norteou e apoiou nos momentos de desânimo e de indecisão e que me ajudou a sedimentar os conhecimentos que sabiamente me transmitiu, assim como pela confiança que em mim depositou;

Ao Professor José Dias Coimbra, Presidente do Secretariado Regional da União das Misericórdias Portuguesas e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, figura singular e ímpar, pelo carinho e amizade com que me distingue e que eu retribuo penhoradamente, assim como pelo seu papel lapidar e incontornável, em prol do desenvolvimento local, de Arganil e da Beira-Serra;

Ao Dr. Manuel de Lemos, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, pela disponibilidade, entusiasmo e acolhimento dispensados a esta Tese;

Ao Dr. Bernardo Reis, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, pela cooperação, sensibilidade, simpatia e pelo importante impulso que conferiu a este trabalho;

Ao Dr. Nuno Gomes, Director Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, pela disponibilidade e preciosa colaboração;

Ao amigo, António Quaresma Ventura, jornalista e investigador, pela valiosa colaboração, frontalidade e cooperação, e sobretudo pela amizade genuína e sincera;

À Mestre Tyoga Macdonald, socióloga e dedicada amiguinha, pela persistência e pelo contributo competente e inestimável;

À Dr.^a Fernanda Cristina Castanheira e ao Dr. Vítor Bragança, amigos e colegas, Técnicos Superiores do IEFP, pela disponibilidade, pelo encorajamento e amizade, e não menos importante à Dr.^a Rosário Pimentel, afilhada e amiga, Directora Técnica do Centro Social e Paroquial de Sarzedo, pelo incentivo constante e pela amizade, assim como à Dr.^a Aline André, pelo estímulo, cumplicidade e amizade fraterna;

Ao Dr. Carlos Nunes, Presidente da Casa do Povo de Arganil, pela disponibilidade e amizade e ao Dr. Afonso Ferreira, Delegado Regional dos Censos-2011, pelo estímulo e colaboração;

Aos utentes da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, a razão capital da existência desta instituição, também a eles devo uma palavra de profundo agradecimento, pelo carinho que me dispensam e pelos exemplos valorosos que me dão todos os dias, assim como pela permissão, sublime, que me concedem diariamente, de entrar nas suas vivências, nas suas memórias, nas suas riquezas de vida, qual legado exemplar, que em muito me engrandece e inerentemente enriqueceu este trabalho.

INDICE

INTRODUÇÃO	I
1. Reflexos da Globalização – O Advento de uma Nova Era	5
2. O Local e o Desenvolvimento	12
2.1.As Repercussões da Crise no Local – Desigualdades Sociais	15
3. O Papel do Estado na Protecção Social em Portugal	20
4. Manifestações da Economia Social	26
5. Enquadramento das Misericórdias em Portugal e o seu enraizamento Local	30
5.1.Reflexão acerca da Natureza Jurídica das Misericórdias	35
6. Santa Casa da Misericórdia de Arganil – o Legado da Continuidade	41
6.1.Arganil – Contextualização Local	41
6.2.Santa Casa da Misericórdia de Arganil – Origem e Formação	46
6.3.Santa Casa da Misericórdia de Arganil – Dinâmica de Intergeracionalidade	49
6.4.Santa Casa da Misericórdia de Arganil – Linhas de Actuação e impacte no Desenvolvimento Local	51
6.4.1. Complexo Social	52
6.4.2. Complexo de Saúde	57
6.4.3. Complexo Histórico/Cultural e Desportivo	58
6.4.4. A Importância do Capital Humano	62
7. Misericórdias: Que Futuro? – Horizontes de Mudança ou Emergência de um novo Paradigma?	64
REFLEXÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
ANEXOS	

EPÍGRAFE

“E como o tempo não tem, nem pode ter consciência alguma, e todas as coisas desde o seu princípio nasceram juntamente com o tempo, por isso nem ele, nem elas, podem parar um momento, mas com perpétuo moto, e revolução insuperável, passar, e ir passando sempre ...”

Padre António Vieira, in sermão do primeiro Domingo do Advento (1655)

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição do N° de Trabalhadores por Empresas do Concelho

Gráfico 2 – Distribuição da População do Concelho por Faixa Etária

Gráfico 3 – Distribuição da População do Concelho por Género **Anexo I**

Gráfico 4 – Distribuição das Respostas Sociais do Concelho

Gráfico 5 – Distribuição dos Idosos em Lar por Género

Gráfico 6 – Distribuição dos Idosos em Lar por Faixa Etária

Gráfico 7 – Distribuição dos Idosos em Lar por Grau de Dependência **Anexo I**

Gráfico 8 – Distribuição dos Idosos em Centro de Dia por Freguesia e Género

Gráfico 9 – Distribuição dos Idosos apoiados pelo Serviço Domiciliário por Faixa Etária

Gráfico 10 – Distribuição das Crianças por Resposta Social

Gráfico 11 – Distribuição de Colaboradores por Empresa de Inserção

Gráfico 12 – Distribuição dos Colaboradores por género

NOMENCLATURA

AEC – Actividades Extra-Curriculares

CAF – Componente de Apoio à Família

CATL – Centro de Actividade de Tempos Livres

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa

CLAS – Conselho Local de Acção Social

CMA – Câmara Municipal de Arganil

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

SCMA – Santa Casa da Misericórdia de Arganil

UE – União Europeia

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

RESUMO

Esta Tese é uma proposta de reflexão sobre os caminhos do sector cooperativo e social em Portugal, distinto do sector público e do sector privado, e a forma como se manifesta na sociedade.

Num contexto actual de fenómenos à escala global, reconhece-se a fragilidade social, originada pelas convulsões económicas e financeiras dos últimos tempos.

Partindo desta premissa, apresenta-se uma análise sociológica sobre a designada Economia Social, revestida numa das suas múltiplas figuras, as Misericórdias e o papel que desempenham no contexto onde estão inseridas.

Neste sentido, apresenta-se um estudo de caso sobre a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, através de informação empírica recolhida, de cariz qualitativo e quantitativo, que permite identificar a organização enquanto agente de desenvolvimento local e prestador de serviços de bem-estar ao indivíduo.

ABSTRACT

This thesis is a proposal to reflect on the ways of the Third Sector in Portugal, different from the public and private sector, and how it manifests itself in society.

In the current context of global scale phenomena, it recognizes the social weakness, stemming from economic and financial upheavals of recent times.

Starting from this premise, we present a sociological analysis of the so-called Social Economy, coated on its many figures, and especially on the institutions with religious base and their role in the context where they operate.

In this sense, it presents a case study of the “Santa Casa da Misericórdia de Arganil” through empirical data gathered in qualitative and quantitative nature, which identifies the organization as an agent of local development and that provides services of welfare to individuals.

SOMMAIRE

Cette thèse est une proposition de réflexion en ce qui concerne les voies du secteur coopératif et social au Portugal, distinct du secteur public et du secteur privé, et la forme comme il se manifeste dans la société.

Dans le contexte actuel de phénomènes à l'échelle mondiale, on reconnaît la faiblesse sociale, découlant des bouleversements économiques et financiers de ces derniers temps.

En partant de cette prémisse, nous présentons une analyse sociologique de l'économie dite sociale, mettant en évidence une de ses multiples figures, au Portugal, les "Misericórdias", (organisations chrétiennes, séculières, qui agissent dans le domaine de l'économie sociale et de la solidarité) et le rôle qu'elles accomplissent dans le milieu où elles sont insérées.

Dans ce sens, on présente, une étude de cas, concernant une organisation de l'économie sociale, la "Santa Casa da Misericórdia de Arganil" basé en données empiriques recueillies, de l'ordre qualitative et quantitative, qui identifient l'organisation comme un agent de développement local et au service du bien-être de l'individu.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste numa Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade da Coimbra, com vista à obtenção do grau de Mestre em Sociologia - Políticas Locais e Descentralização.

A construção deste estudo sociológico pretende o aprofundamento de competências de investigação de uma temática inserida nos campos do associativismo e do voluntariado por parte da mestranda. Como tal, a pesquisa desenvolvida insere-se no âmbito das instituições que emanam da sociedade civil e que visam a atenuação de desigualdades económicas sociais e culturais.

Portugal atravessa momentos difíceis e conturbados, a praxis, assim como as diligências da Economia Social expressas nas suas multifacetadas iniciativas, são indubitavelmente cruciais e determinantes na superação dessas dificuldades e incontornavelmente uma condição incontestável para o progresso das comunidades, significando um importante contributo no referente à criação de emprego assim como no âmbito do Desenvolvimento Local.

Enaltece-se aqui o sector cooperativo e social, a distinção em relação aos outros dois sectores, o público e o privado, contemplados na Constituição da República Portuguesa. O seu carácter de conjunto de instituições ou organizações que têm a sua finalidade máxima no indivíduo, servindo-o numa óptica não lucrativa, de forma a garantir o seu bem-estar, sendo que elas próprias nascem da sociedade civil.

As Misericórdias são uma das múltiplas dimensões de que este sector se compõe, com uma característica peculiar em Portugal, uma actuação plurissecular.

Pela sua longevidade, pela sua importância na sociedade portuguesa, assim como pela sua capacidade de se adaptarem a novas circunstâncias políticas, religiosas e culturais, continuam a ser instituições pujantes, assumindo um variado leque de serviços.

Mantendo o espírito cristão, respondem na prática às actuais formulações de protecção e solidariedade social que decorrem do apelo da dignidade do ser humano, sendo por isso pertinente a realização de um estudo sociológico que tente delinear as

suas linhas evolutivas até ao momento presente, assim como os factores de sucesso ou de insucesso com que se deparam.

Sabemos de um modo geral quais e quantas são as Obras de Misericórdia e embora a religiosidade não seja característica dos nossos dias a sociedade sente a inevitabilidade de praticar o bem e evitar o mal. Essa atitude tem hoje em dia expressão nos chamados Direitos Humanos ou nas Instituições de Solidariedade Social para citar apenas dois exemplos.

Desde sempre houve quem se preocupasse com os desprotegidos da sociedade, contudo, era mormente à Igreja – às ordens religiosas e aos presbíteros – a quem cabia a tarefa de cuidar dos problemas, das esmolas, acolhimento e de todo o tipo de amparo. Se as grandes casas senhoriais ajudavam os necessitados era porque os seus donos possuíam, além de grandes fortunas, um coração compadecido; recorde-se D.^a Filipa de Lencastre¹ ou mais tarde Santa Joana Princesa².

No contexto de doutrinas que frequentava e da sua vida religiosa e social, a rainha D.^a Leonor de Lencastre³, funda em 15 de Agosto de 1498 uma confraria dedicada à Virgem da Misericórdia de Lisboa, que é, se não erramos, a primeira instituição civil que vai ter como objectivo apoiar os pobres, os órfãos, os presos, os condenados. Esta Misericórdia foi o início das que se seguiram em todo o país com o objectivo de zelar pelo “corpo e alma”, ao abrigo das 14 Obras de Misericórdia, que nela encontravam apoio e abrigo.

Mais de quinhentos anos volvidos, e tendo eu por um lado, o privilégio de ser irmã e Vice-Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, não me retirando esse facto, de todo, a objectividade ou o meu sentido crítico, mas que em meu entendimento não deverá ser omitido, pois creio que assim melhor se poderão compreender as posições, ou a diversidade dos pontos de vista se à partida forem identificados os seus actores.

¹ Torna-se rainha consorte em 1387, após casamento com o rei D.João I. Ficou conhecida pela sua generosidade com o povo.

² Conhecida pela vocação religiosa, viveu na humildade e pobreza, aplicando a riqueza que possuía aos mais desfavorecidos.

³ Rainha de Portugal a partir de 1481, após casamento com D.João II.

Detentora também, de uma grande curiosidade sobre as áreas do social e de tudo o que diz respeito à Economia Social, começo a observar esta instituição a partir do movimento cooperativo e também associativo e a olhar para ela procurando um conhecimento que a ajude a ter uma maior coesão e a aproveitar todas as suas potencialidades de desenvolvimento e de sustentabilidade. Não se trata pois de uma curiosidade neutra ou desinteressada.

E por outro, vinculada categórica e obrigatoriamente à Missão peregrina das Misericórdias, professando um sentimento de profundo respeito e de viva admiração, pela rainha D.^a Leonor, pela sua generosidade ímpar, pela sua inteligência, enfim pelo seu exemplo plasmado de uma forma imperecível na obra que nos legou, que encerra as bases precursoras da moderna assistência social, surgiu-me a reflexão, sobre o significado das Misericórdias na actualidade, pese embora a importância do seu papel seja algo, que hoje, não necessita de ser demonstrado, pois ele é notório, sendo inegável que se trata de uma instituição viva, que soube manter-se erecta, ao serviço da pessoa humana, colocando-a sempre no centro da sua praxis, evoluindo, adaptando-se e modernizando-se no decurso de mais de cinco séculos, evidenciando uma notável capacidade de sobrevivência a todo o género de vicissitudes.

Falamos hoje de exclusão social e de solidariedade, de desigualdades económicas e de processos de exclusão; no passado, usavam-se expressões diferentes que se referiam também a realidades diferentes, embora se reportassem sempre a situações de desigualdade.

Apresentamos o caso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, como um exemplo de boas práticas, de adaptação, de evolução, de modernidade e de desenvolvimento local, que o rolar dos séculos lhe impôs e deixamos a questão: Qual será a efectiva expressão social e local das catorze obras de Misericórdia nos dias de hoje?

Neste âmbito, no primeiro capítulo faz-se uma reflexão sobre o processo de globalização e os horizontes de mudança que a mesma nos impôs. No segundo capítulo abordamos o local e o desenvolvimento que lhe é inerente, evidenciando ainda a manifestação acentuada de desigualdades sociais que vivenciamos.

No terceiro analisa-se o papel do Estado no âmbito da protecção social em Portugal. No quarto capítulo destacamos as manifestações de Economia Social. No quinto efectuamos um enquadramento sobre as Misericórdias em Portugal e o seu enraizamento no local.

No sexto capítulo apresentamos a Santa Casa da Misericórdia de Arganil – O Legado da Continuidade, um estudo de caso exemplificativo do papel relevante que estas instituições protagonizam no desenvolvimento local.

É pois essa “história” que aqui se (re)conta. Tentámos fazer o devido enquadramento no sentido de concorrermos para a compreensão do passado comum e do papel que agora as Misericórdias representam.

I. Reflexos da Globalização – O Advento de uma Nova Era

O século XXI posiciona-nos inexoravelmente num mundo onde a globalização é uma realidade incontornável. A rota da globalização, enformada pela consagração de novos parâmetros internacionais, emanados das elites financeiras e políticas, dissemina-se através do poderoso instrumento das tecnologias da informação, e que determina, a partir da segunda metade do século XX, uma nova ordem mundial. Nova ordem esta que compromete a autonomia e o poder tradicional do Estado-Nação, no que respeita à protecção da sua economia e à formulação e implementação de políticas, e lhe desenha o exercício de um novo papel: proporcionar meios e instrumentos conducentes a que a economia se torne competitiva internacionalmente. Simultaneamente, do contexto global emerge um discurso defensor de que as práticas políticas não têm conseguido ultrapassar os obstáculos ao crescimento económico e, perante as pressões das situações-problema por resolver, instala-se uma matriz sócio-económica potenciadora de sentimentos de descontentamento.

Se por um lado a globalização, na sua essência, permitiu o surgimento de universalismos e a eliminação das fronteiras nacionais proporcionando novas formas de mobilidade e comunicação dos indivíduos, manifesta-se, por outro lado o crescimento de particularismos, a valorização da diversidade local e da identidade étnica e o regresso dos valores comunitários (Santos, 2006) que reforçam a forte sinergia que se manifesta entre o global e o local.

Segundo Pedro Hespanha (1996) os processos que formam a globalização são dialécticos de interacção entre o global e o local, isto porque os resultados efectivos do impacto da globalização numa dada região dependem tanto da intensidade dos factores de globalização quanto da intensidade das respostas locais que se lhes contrapõem.

Nesta linha de análise Boaventura Sousa Santos (Santos, 2005) indica a globalização como o processo pela qual uma condição ou entidade de cariz local estende a sua influência a todo o globo, atribuindo a condição de local ou localismo às suas concorrentes. Mas este discurso, reforçado pelo autor, tem implicações porque, em primeiro lugar todo e qualquer processo de globalização é sempre uma

globalização conseguida de um localismo⁴; em segundo lugar a globalização pressupõe a localização onde ambas as condições coexistem⁵.

Ainda Boaventura Sousa Santos (Santos, 2005) indica formas de produção de globalização, de onde se salientam duas. Se por um lado temos o *localismo globalizado*, processo pelo qual determinado fenómeno local é globalizado com sucesso⁶, temos por outro lado o *globalismo localizado*, caracterizado pelo impacte específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais⁷. Surge daqui uma divisão *global* da globalização.

Reforçando a ligação entre o global e o local, identificamos diferentes impactes neste processo. Considera-se que, a globalização trouxe uma maior integração e interacção entre os indivíduos, ao nível económico, político e cultural intercessor de prosperidade e desenvolvimento a uma escala nunca antes alcançada. Por outro lado, é notório que este processo de globalização tem vindo a demonstrar no seu percurso e evolução aspectos negativos a vários níveis, nomeadamente com a intrusão económica mundial, criando uma desestruturação nos sistemas pobres, alterando as premissas e as oportunidades dos cidadãos, minimizando a função tutelar do Estado na vida económica, originando a desintegração de empresas, a marginalização de algumas classes populacionais e diminuindo significativamente as capacidades de resistência de alguns países (Hespanha, 1996). Ressalta aqui a actual situação que vivemos, de profunda crise a nível económico, político e social.

Reflectindo sobre a relação entre o global e o local, rapidamente encontramos formas da sua manifestação no âmbito da crise que vivenciamos. A crise global manifesta-se de forma galopante na União Europeia, com consequências negativas para os Estados-membros. Portugal não foi excepção, justificado com a necessidade urgente da implementação de políticas de austeridade.

⁴ Qualquer condição global tem sempre uma raiz local

⁵ À medida que se globaliza um produto ou condição localizam-se outros, por exemplo da etnização de hábitos culturais.

⁶ Específico de países hegemónicos, a exemplo das práticas de consumo.

⁷ Característico dos países contra-hegemónicos, a exemplo das crises a que estão sujeitos.

Ora, a nossa condição de portugueses da Zona Euro implicou, obrigatoriamente, que Portugal acompanhasse a evolução vertiginosa da União Europeia, mas a sua vulnerabilidade, a par da velocidade imprimida pela Europa, acabou por criar um rude impacte no nosso país, arrastando-nos para um momento de crise grave e profunda.

Anteriormente à eclosão da crise global de 2008 que se anunciou nos Estados- Unidos com a falência da Lehman Brothers, e que depois viria a contagiar a União Europeia, já Portugal enfermava sérios problemas estruturais que se prendiam, entre outros factores, com o excessivo endividamento externo, o *deficit* público, a falta de competitividade da economia (interna e externa), um consumismo excessivo, assente na prática de despendermos mais do que aquilo que produzíamos ou possuíamos, a par da convicção de que éramos um país da ala hegemónica⁸ (Santos, 2011), permitindo-nos viver acima das nossas reais posses. Persistimos também em não reconhecer a crise global que se aproximava a passos largos, não obstante os avisos feitos por economistas como Joseph Stiglitz⁹ e Paul Krugman¹⁰, entre outros. O reconhecimento tardio da situação que se avizinhava pela ala política, trouxe graves consequências para Portugal (Soares, 2011).

A lacuna primeira foi da União Europeia não se precavendo nem aos seus Estados-membros e, segundo Askenazy (2011), a Europa deveria previamente ter construído defesas próprias que lhe permitisse subsistir e resistir aos desígnios que a globalização encerra, salvaguardando e promovendo o modelo social europeu resultante da Segunda Guerra Mundial, defendendo a protecção social, os serviços públicos e as políticas de industrialização que lhe são inerentes. Todo este processo de imposição da globalização fragilizou a Europa social.

A União Europeia não conseguiu agir e reagir devida e oportunamente à crise global, de uma forma conjunta e concertada como seria de esperar, situação que viria a culminar num erro colossal, cujos efeitos vivenciamos (Soares, 2011).

⁸ Consideremos Portugal enquanto país semi-periférico.

⁹ Economista conceituado, que leccionou em diversas universidades (Yale, Harvard, Stanford) e crítico das bases ideológicas que fundamentam as práticas económicas mundiais.

¹⁰ Economista e crítico das novas formas de economia associadas ao processo de globalização.

Nesta linha de análise, Boaventura de Sousa Santos (2011) reforça que Portugal se encontra no centro de várias crises, e não somente de uma única, com horizontes espaciais e temporais bem distintos. Espacialmente e já anteriormente reforçado, percebe-se uma crise global¹¹, verificando-se também uma crise regional¹² e finalmente uma crise nacional. Do ponto de vista temporal, o autor identifica em Portugal, três crises distintas. Uma *financeira*, que designa de curto prazo, tendo em conta a urgência do financiamento estatal, uma *económica*, de médio prazo, fruto da falta de competitividade da economia nacional nos mercados internacionais¹³, e finalmente uma crise de índole *político-cultural*, de longo prazo, tendo em conta o *deficit* existente na constituição de elites políticas, económicas e sociais.

Embora o ingresso de Portugal na CEE, em 1986, tenha proporcionado um conjunto de oportunidades e benefícios inigualáveis, surgem inconvenientes, originando a que a resolução ou pacificação desta crise, ou crises, tenha de ter em conta três níveis de escalas de actuação¹⁴, revelando claramente uma rede de interdependência estabelecida (Soares, 2011), onde o local é desintegrado, excluído e reestruturado por inclusão subalterna (Santos 2006).

Sobressai daqui que as grandes promessas de desenvolvimento preconizadas pela chegada do Euro viriam a revelar-se detentoras de uma fraca capacidade proteccionista face à crise financeira mundial que surgiu e neste contexto deparamo-nos com uma Zona Euro afectada pela crise mundial por um longo período de tempo, fruto, nomeadamente das opções políticas dos Estados-membros no processo de unificação monetária, que impôs políticas económicas semelhantes a países com situações muito distintas originando um incremento das desigualdades de desenvolvimento entre os Estados-membros. (Askenazy *et al*, 2011).

¹¹ Resultante das forças económicas

¹² Na União Europeia

¹³ O autor aponta dois motivos para esta situação, a diminuta qualidade de especialização laboral e a inclusão de uma moeda excessivamente forte que beneficia apenas as economias mais protegidas da União Europeia.

¹⁴ Em Portugal, na União Europeia e no Mundo.

É irrefutável que a globalização imprimiu uma maior vulnerabilidade a alguns países, sendo que os impactes desta estão forçosamente relacionados com a capacidade que os mesmos possuem em reagir a estes novos desígnios.

A procura desenfreada do lucro baseada nos ideais do neoliberalismo, de que a globalização se reveste, com a espinha dorsal baseada numa especulação desregulada, conduziu o Mundo à maior crise económica e financeira dos últimos tempos e que manifestamente está longe de ser contida ou debelada.

Paradoxalmente esta crise global, e pese embora os danos que provocou, pode vir a concorrer, de forma indirecta e involuntária para que a União Europeia se veja na iminência (e obrigação) de uma maior coesão, cooperação e entendimento, criando uma governação de cariz económico-financeiro eficiente e eficaz, e com capacidade de gestão, imprescindível para auxiliar os países mais fragilizados, a par de uma governação política, que preconize um projecto integro e sustentável (Soares, 2011).

Urge a implementação de uma estratégia concertada, que permita uma superação sólida, não bastando apenas a melhoria das finanças da cada Estado-membro e a diminuição dos *deficits*. Impõe-se uma política concertada de desenvolvimento económico, social e ambiental para que seja possível assegurar o bem-estar às comunidades a par da identidade da Europa, como um todo, mas não descurando ou subestimando a riqueza da sua diversidade, mediante uma reforma institucional que assegure uma governação económico-financeira única, no âmbito de uma Europa também ela única, mais abrangente, mais justa, mais política e cidadã.

Reforça-se com isto, o facto de que as crises fragilizam fortemente o lado social, fazendo emergir problemas de desenvolvimento, colocando algumas franjas da população em situação de vulnerabilidade, mormente em situações de desemprego, ou emprego precário, salários baixos, produzindo impactes negativos nas famílias, indivíduos e comunidades, para além do forte impacte social com efeitos colaterais contraproducentes no âmbito da educação e da saúde das populações (UN, 2011).

Sabemos que em cada país as crises são vivenciadas de forma distinta e em diferentes regiões (litoral e interior), assim como por diferentes grupos sociais. Sabemos também que em Portugal, as famílias não dispõem de um acesso igualitário a um conjunto de recursos que lhes possibilite obter rendimentos compatíveis com o

nível de vida padrão considerado adequado em espaço europeu, sendo que, a resolução de crises vivenciadas por um determinado grupo pode implicar o agravamento da mesma para outro grupo, ou grupos. Sobressai ainda em Portugal um Estado-Providência fraco (Santos, 2011), cuja propensão em situações de crise é que os efeitos da mesma se espelhem da pior forma para as populações mais carenciadas.

É também notório por outro lado, uma sociedade-providência forte, até porque as lacunas de protecção social através do estado são colmatadas por esta, sendo que o futuro dos portugueses depende e dependerá destas solidariedades e da continuidade desta coexistência (idem, 2011).

É na Economia Social, e numa lógica de reciprocidade que incontornavelmente se vão encontrando as respostas para as brechas do papel social do Estado.

Boaventura Sousa Santos (2011) considera a sociedade-providência como uma forma de capital relacional, onde a sua actuação sai reforçada em tempos de maior vulnerabilidade das populações.

No prosseguimento de todas estas reflexões e ponderações e focalizando algumas alterações económico-sociais, podemos constatar que a globalização, ao mesmo tempo que promovia uma aproximação dos indivíduos, originou, no seu campo económico e político um processo de deterioração das relações sociais tradicionais, a par de um crescente individualismo. O crescimento urbano extensivo e a fragmentação entre fenómenos locais e globais diluíram o tecido das solidariedades e das relações sociais espontâneas e de proximidade, que foram substituídas por relações de consumo comerciais, aniquilando assim as redes de entajuda.

O grande desafio com que se depara a sociedade actual no âmbito do social, é o da promoção da autonomia e da independência através de políticas de inserção e de integração, eficientes e autênticas, com a introdução de políticas activas a favor da inclusão numa rede de co-responsabilidade com os parceiros sociais, com o envolvimento de todos os actores relevantes, como o governo, as autarquias locais, as organizações locais e as famílias.

Se a globalização gera no seu movimento dialéctico focos de pobreza e de exclusão social, realça-se aqui a pertinência de formas de actuação locais que permitam reverter este processo.

2. O Local e o Desenvolvimento

Vivemos tempos diferentes e conturbados, onde somos confrontados continuamente com contradições. Mantemos uma sociedade com base na riqueza e abundância, mas que gera simultaneamente escassez e miséria. Sobressai uma consciência de paz crescente, mas propicia-se a destruição promovendo os maiores conflitos. Reafirma-se o bem-estar colectivo, mas revelam-se a insegurança e as desigualdades sociais. É, uma sociedade que se pretende focada no indivíduo e nas suas necessidades, mas que não consegue evitar a desordem e a instabilidade criados pela sua própria lógica.

Portugal, após atravessar uma fase de grandes desafios e mudanças nas últimas décadas resultado dos progressos económicos, políticos, sociais e culturais, reflectidos na qualidade de vida dos portugueses, coloca-se mais uma vez numa situação ténue face à actual conjuntura económica vivenciada. Coloca-se aqui, um novo desafio de competitividade e de progresso, que não pode ignorar a importância crescente que o desenvolvimento local manifesta, e as disparidades que lhe estão inerentes. Surge aqui a inevitabilidade ou necessidade de uma mudança de paradigma, cujos efeitos são projectados e absorvidos pelo local.

Incontestavelmente, o desenvolvimento local assenta na mobilização voluntária de entidades¹⁵ cuja finalidade maior é a promoção de acções através das quais se produzam sinergias contribuindo assim para qualificar os meios de vida e assegurar o bem-estar social (Amaro, 1998).

O local apresenta um duplo carácter que o caracteriza onde, por um lado representa o *locus* da vida social, onde os acontecimentos, fenómenos e práticas sociais adquirem visibilidade mas, por outro lado, não pode escapar às formas de relação externas que o corporizam (Fragoso, 2005).

Olhando tenuamente sobre a questão da globalização, já atrás debatida, importa aqui reforçar que no próprio cerne do conceito existe uma profunda ligação entre o local e o global, onde doravante é pertinente que analisemos estes dois espaços como partes integrantes da mesma realidade social. Constata-se que o acelerar das

¹⁵ Ou pessoas

tendências globais implica o reavivar do local, apresentando-o como uma forma de resistência¹⁶ (Fragoso, 2005), apesar das inevitáveis consequências dos factores globais positivos e/ou negativos no local. Poderemos considerar que o legado do desenvolvimento local está fortemente relacionado com a afirmação de uma identidade local, com o reconhecimento de elementos distintos, de uma autenticidade própria e de uma singularidade que distingue e diferencia o território, resultando do esforço de identificar, reconhecer e valorizar os activos locais, de aproveitar e desenvolver as potencialidades, as vocações, as oportunidades e as vantagens de determinado local.

O desenvolvimento local abarca um conjunto alargado de características e factores, que preconizam a resposta a interesses e satisfação de necessidades colectivas, sustentada numa participação a vários níveis. Considera-se um desenvolvimento com carácter organizado, endógeno, integrado e profundamente educativo (Fragoso, 2005) onde se constrói a mudança, factor fundamental para o progresso económico, social e cultural.

Olhamos para o desenvolvimento local como um conjunto de práticas pensadas para atingir determinados fins. Importa esclarecer que este é um fenómeno, que por si só, nem sempre consegue reverter questões sociais acentuadas¹⁷ individualmente, sendo que muitos deles são processos a uma escala mais abrangente, ou macro (Fragoso, 2005). É antes um processo que a par, de outros, age localmente tentando com isso contribuir para a mudança geral.

Roque Amaro (1993) aponta nove factores essenciais no fenómeno de desenvolvimento local. Em primeiro lugar destaque para este fenómeno enquanto processo de transformação ou mudança. Em segundo lugar, é um fenómeno que tem uma acção num local específico¹⁸. Em terceiro lugar, permite a construção de identidades.

Em quarto lugar, o desenvolvimento local parte sempre da existência de necessidades não satisfeitas. Em quinto lugar este é um processo que se assume numa

¹⁶ Revestida na luta pela permanência de tradições culturais, por exemplo.

¹⁷ A título de exemplo o envelhecimento das populações ou os factores de migração das camadas mais jovens da população

¹⁸ Ou comunidade específica.

lógica integrada, onde a intervenção não se restringe apenas a problemas individualizados, mas ao conjunto de problemáticas que se interligam e têm influência umas sobre as outras, onde e em sexto lugar se destaca o trabalho focalizado em parcerias (Amaro, 1993). Salienta-se aqui, este como um dos aspectos cruciais nas estratégias de promoção da coesão social e económica que se traduz num processo coordenado, por parte de todos aqueles que estão empenhados num verdadeiro processo de mudança o qual implica uma co-responsabilidade dos agentes envolvidos, visando uma estratégia comum e consensual.

Depois, em sétimo lugar, considera-se o desenvolvimento local como um processo que tem impacto por toda a comunidade¹⁹, actuando (em oitavo lugar) segundo uma diversidade de caminhos, actores e respostas. Por fim, o autor indica que é necessário entender o desenvolvimento local como um cruzamento de reflexão de cariz teórico com testemunhos de experiências vivenciadas (Amaro, 1993).

O desenvolvimento local reveste-se de estratégias de intervenção entre diversos parceiros, num espaço determinado, em prol do bem-estar comum. Que permitam um reforço da identidade, a valorização de recursos locais, a dinamização económica, cultural e social.

Importa ter presente que o desenvolvimento local é produto da sociedade e não resultado automático do crescimento económico. Resulta incontornavelmente das relações humanas, do desejo, da vontade, das escolhas que as pessoas podem fazer para alcançar o bem-estar. O desenvolvimento local depende quase primordialmente, da adesão das pessoas a uma causa, da decisão das pessoas no sentido de assumirem a condição de actores na dinamização deste fenómeno e do protagonismo de alguns destes actores, sendo que inegavelmente, não existe desenvolvimento local sem protagonismo local.

Reforçando o que foi já mencionado por Roque Amaro (1993), o “sucesso” do desenvolvimento local exige e impõe o imperativo das parcerias e das redes, nas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade. O Estado, enquanto conjunto de instituições governamentais, é um elemento imprescindível na promoção do

¹⁹ Efeito de exemplificação para toda a comunidade.

desenvolvimento, porém, embora essencial, não é por si só suficiente, ressaltando o papel dos outros dois actores dado que, o desenvolvimento é o resultado gerado por escolhas conscientes que amplificam as possibilidades de prossecução de um determinado objectivo. Exige portanto, planeamento e gestão participada e partilhada, sendo também muito importante promover a participação dos actores locais nas redes de experiências de desenvolvimento local, proporcionando assim uma aquisição de conhecimentos e experiência colectiva, assim como o fortalecimento mútuo e a continuidade dos projectos.

Não menos importante é a consciência, também ela partilhada, de que o envolvimento e o compromisso das pessoas com a construção do seu próprio futuro dependem da sua participação e responsabilidade na definição de estratégias e na gestão dos projectos e actividades que possam contribuir para a realização de um plano de desenvolvimento local. Sendo que o desenvolvimento local depende fortemente da disseminação de uma cultura empreendedora, ou seja, da proactividade, da capacidade de realizar, de fazer acontecer.

2.1 – As Repercussões da Crise no Local – Desigualdades Sociais

As desigualdades sociais têm hoje um impacte acentuado na forma de funcionamento das sociedades, com repercussões na eficiência da economia, na justiça social e na possibilidade de alcançar um desenvolvimento sustentável (Rodrigues, 2011).

Os ideais da igualdade surgem num contexto histórico preciso e correspondem a uma nova concepção de justiça, pilar fundamental no conceito de sociedade actual (Seabra, 2009).

É perceptível, no mundo em que vivemos, que existem diferenças entre os indivíduos, aos mais diversos níveis, sendo que os aspectos físicos²⁰ e sociais indicam por norma, diferenças fáceis de constatar (Tomazi, 1993).

²⁰ Cultura, género, política, cultura, etc.

A desigualdade social assume variadíssimas feições, porque é constituída por um conjunto de elementos económicos, políticos e culturais próprios de cada sociedade.

O crescimento galopante do capitalismo e das suas premissas baseadas na defesa da propriedade privada e do comércio liberal definiram novas relações sociais, expondo também as diferenças entre os indivíduos, remetendo uns para um estilo de vida pautado pelo privilégio e outros assumidamente pobres. Karl Marx debateu profundamente a questão da desigualdade enquanto produto das relações sociais com base na propriedade, dando origem a um sistema de classes (Tomazi, 1993).

Importa aqui referir que as desigualdades sociais não são apenas produto das relações económicas, variando também em função das relações políticas, culturais e sociais dos indivíduos.

A demonstração das desigualdades sociais tem, hoje, evidência empírica, sendo que é muitas vezes nas sociedades mais desenvolvidas que muitas vezes se verificam maiores desigualdades entre os cidadãos, quer em termos económicos, quer nos diferentes indicadores sociais como a educação ou a saúde (Rodrigues, 2011).

É de senso comum que os países mais desenvolvidos apresentam sociedades mais desiguais e taxas de natalidade inferiores aos países em desenvolvimento, relacionado com o acesso aos cuidados de saúde e políticas de natalidade, embora apresentem uma esperança média de vida consideravelmente superior. De facto, o crescimento acentuado das desigualdades na Europa e no mundo surge a partir da segunda metade do século XX²¹, o que pode estar relacionado com um crescimento dos rendimentos dos mais ricos e uma deterioração dos rendimentos dos mais pobres. Evidencia-se ainda que os países que manifestam sociedades mais desiguais são também aqueles que evidenciam maiores níveis de pobreza (Rodrigues, 2011).

Considerando a pobreza²² como um factor imponente de desigualdade social, e embora variando na sua extensão, esta nunca foi verdadeiramente erradicada em

²¹ Associado também ao advento da globalização.

²² Indivíduos que vivem abaixo do nível de vida considerado adequado.

Portugal, para a qual existem múltiplas causas²³, e o Estado, que apresenta limitações na sua função reguladora da economia²⁴ manifesta sérias dificuldades na sua função de minimizador de desigualdades (Amaro, 1998).

A pobreza reveste-se hoje, de novas feições associadas a uma crescente exclusão social, devido a desígnios como o desemprego de longa duração, a precariedade da relação salarial, o aprofundamento das desigualdades entre os indivíduos, fazendo emergir iniciativas de economia social que visam a integração social²⁵, sendo que à medida que as interdependências globais se tornam evidentes intensificam-se as relações de solidariedade social que passam a ter um lugar central na provisão de bem-estar e sustentação das economias locais (Ferreira, 2008).

O tema da pobreza e das suas múltiplas dimensões orienta desde logo a nossa atenção para as múltiplas complexidades que o problema encerra em si mesmo.

Nesta linha de análise, tratando-se de uma realidade multifacetada, a pobreza é marcada por especificidades que se exprimem em diferentes indivíduos, famílias ou comunidades de uma forma muito própria, e consequentemente quer as suas configurações, quer o seu próprio significado dependem inquestionavelmente do tipo de sociedade e do contexto em que essa mesma pobreza é produzida e reproduzida. Consequentemente, as formas de a combater e erradicar deverão ser aplicadas e adaptadas ao contexto local.

Neste sentido, verifica-se que as alterações na situação socioeconómica dos indivíduos depende, inevitavelmente das mudanças que ocorrem nos campos económicos, sociais e culturais do contexto onde estão inseridos. A erradicação ou combate a situações propiciadoras de desigualdades, deverão ser sempre estruturais, ou seja, não devem privilegiar somente a componente económica, ou possibilitar o acesso a um emprego, ou a uma ocupação, pois pese embora estas aquisições sejam, obviamente importantes, elas deverão obrigatoriamente acompanhar as

²³ Desemprego, género, tipo de família, baixas qualificações, entre outros factores.

²⁴ Que provoca uma desigual distribuição de riquezas.

²⁵ Assunto para ser debatido mais à frente.

transformações ocorridas nos domínios social e cultural, sob pena de resultarem infrutíferas.

Assim sendo e face aos diferentes contextos existentes, não podemos de forma alguma ignorar, que sendo a pobreza uma realidade social complexa e multifacetada, as formas de a combater, bem como os mecanismos de reacção deverão forçosamente ser variados e direccionados em função da heterogeneidade que os distingue e da pluralidade de registos que deles deriva.

Olhando para a problemática do desenvolvimento local numa perspectiva política e social, consideremos aqui a intervenção do papel do Poder Local em Portugal, que tem desempenhado de uma forma geral, em todo o território, um papel expressivo promovendo o desenvolvimento e projectando uma política económica e social que visa a melhoria das condições de vida e de trabalho das suas populações.

Apesar da pequena dimensão que caracteriza o nosso país, Portugal é um território complexo e muito diversificado internamente. O País integra uma grande diversidade de sistemas regionais e locais, todos eles distintos. Revelam-se identidades distintas e específicas, que têm experimentado processos de mudança diferenciados, com dinâmicas e velocidades diferentes em função da sua inserção territorial (Ruivo, 2002).

Constatamos ainda que a maioria do Poder Local português tem optado por uma política social de combate à pobreza e à exclusão social, de parceria, e não por uma promoção afirmativa e activa. Surgindo por outro lado uma sociedade civil que tem assumido, a este nível, as principais responsabilidades.

A intervenção social, é assim, maioritariamente levada a cabo por uma sociedade civil que é designada por Santos (1990), como “secundária”, isto é uma sociedade civil criada ou mantida em parte pelo próprio Estado. Referimo-nos a organizações emanadas da sociedade civil cujo enfoque é pensar o desenvolvimento a partir das pessoas, na sua dimensão mais comunitária e mais local, sendo que as pessoas e a comunidade seriam à partida os únicos protagonistas.

Sendo predominante em Portugal, esta sociedade civil secundária, e portanto, também ela sociedade civil “mitigada”, tendo em conta é que criada e mantida pelo

Estado constituindo deste modo um projecto menos autónomo relativamente ao Estado do que aquele que se encontra na própria ideia originária de sociedade civil, a qual, teoricamente, se contrapõe ao Estado (Ruivo, 2002).

Paradoxalmente, apesar da proclamação da autonomização da sociedade civil, no âmbito da intervenção social, esta situação encerra uma dependência reiterada relativamente ao Poder Central por parte das instituições dessa mesma sociedade, pois apesar de serem elas que se encontram no terreno em termos de actuação, sem o apoio do Estado, a vários níveis, designadamente, logísticos, burocráticos e financeiros, pouco ou nada poderiam fazer, sendo que esta revalorização dos sistemas da sociedade civil, tem vindo de certa forma a transformar-se num meio alternativo ao próprio Estado-Providência, deficiente ou decadente.

3. O Papel do Estado na Protecção Social em Portugal

O equilíbrio e o desenvolvimento de uma sociedade propõem a existência de um sistema de regulação, de um sistema de protecção social e de um sistema de redistribuição de riquezas que permita sustentar a economia na sociedade e moderar o sistema de insegurança e de desigualdade que afecta muitos cidadãos (Antunes apud Standing, 2008). Esta reflexão faz sobressair o pensamento keynesiano²⁶, na génese daquilo que apelidamos de Estado-Providência²⁷.

A expansão da reflexão keynesiana encontra-se fortemente ligada ao *crash* de *Wall Street* em 1929 e à profunda crise económica que lhe está associada assim como as formas de superação da mesma. Crise esta que se revela peculiar, pela sua profundidade e abrangência, atingindo diversas economias fundadas numa base capitalista e que mantinham ligações à economia norte-americana (Silva, 2005).

Identifica-se aqui uma ponte temporal, onde se vislumbram similaridades com a actual crise que vivenciamos.

Outro autor, Pierre Rosanvallon, indica que aquilo que, consideramos Estado-Providência tem uma formatação recente, do após Segunda Guerra Mundial, sendo que este se demarca como um aprofundamento daquilo que considera de Estado-protector, que vigorara no período entre o século XIV e XVIII, associado sobretudo à questão da garantia de direitos civis e políticos, pautados por grandes desenvolvimentos nesta época (Rosanvallon *apud* Silva, 2005).

A passagem de Estado-Protector para Estado-Providência revela-se no prolongamento dos direitos civis e políticos para os direitos económicos e sociais, revestidos na emergência das lutas democráticas e mudanças na forma de representação dos indivíduos e na mudança das relações com o Estado (Rosanvallon *apud* Silva, 2005).

Ainda o mesmo autor refere que todas as transformações são inerentes à mudança de pensamento dos indivíduos, com um enfoque mercantil. Sobressaindo

²⁶ John Maynard Keynes , economista defensor de um Estado intervencionista.

²⁷ *Welfare State*.

daqui a necessidade de emergência de processos que permitissem corrigir ou compensar os efeitos nocivos das novas demandas económicas e estatais.

Esta tentativa de compensação acabou também por demarcar, de forma decisiva o papel da religião e da sua providência, muitas vezes incerta (Silva, 2005).

Fica aqui demonstrado que o desígnio de providência tem, de facto, uma existência secular, de que são exemplo as Misericórdias, que mais à frente abordaremos, mas que a sua prática e génese tem sofrido alterações ao longo do tempo.

O Estado-Providência keynesiano responsabiliza o Estado preconizando que este funcione como elemento regulador, protector, defensor social e organizador da economia, sobressaindo dois grandes e importantes objectivos, a garantia do bom financiamento do mercado e a defesa dos direitos dos cidadãos, nos cuidados elementares do quotidiano.

Embora demarcando a importância da década de trinta do século passado no desenvolvimento do *Welfare State*, sobressai ainda no após Segunda Guerra Mundial e subsequente Guerra Fria uma etapa também crucial, que permitiu o surgimento de novas formas de relacionamentos à escala global²⁸ originando novas formas de desenvolvimento económico e social e distintas formas de Estado do bem-estar social em diversos países (Silva, 2005).

O Estado-Providência surge como um produto de processos económicos e diferenciação entre classes sociais num contexto socioeconómico de base capitalista (Esping Andersen apud Rodrigues, 2000).

Ao preconizar o bem-estar a todos os cidadãos, o Estado-Providência foi implementado de forma distinta, em zonas distintas, relacionado sobretudo com as tradições políticas vigentes. Esping-Andersen (1991) identificou três modelos.

O primeiro, assenta num Estado de bem-estar 'liberal', no qual a assistência tem um carácter focalizado, centrando o seu papel nas pessoas comprovadamente mais carenciadas, a par de medidas fortalecimento de prestação de bem-estar de cariz

²⁸ Retratado na figura da União Europeia.

privado. São característicos deste modelo países como os Estados Unidos da América, o Canadá ou a Austrália.

O segundo modelo assenta num Estado de bem-estar de matriz corporativista que, embora desvalorizando a mercantilização de serviços baseia-se numa linha de direitos associados a classe ou *status*²⁹, de onde sobressai uma redistribuição ineficaz. São exemplo países da Europa Central, como é o caso da Alemanha.

Por fim, o último modelo caracteriza-se pelo afastamento mercantil na prestação de apoio, manifestando-se como um direito de cidadania subjacente a uma ideologia social-democrata, que consagra um extenso conjunto de serviços sociais e públicos assim como, medidas activas de emprego. Este modelo é visível nos países escandinavos, em particular na Suécia e na Noruega (Esping-Andersen, 1991).

Importa aqui fazer referência a mais um modelo de Estado-Providência que se manifesta nos países do Sul da Europa, que engloba Itália, Espanha, Grécia e Portugal e, que apresentam um sistema de prestação de serviços de bem-estar prematuro e cujo contexto económico é fragilizado, onde características como a população progressivamente envelhecida, as altas taxas de desemprego num contexto socioeconómico intrincado, obrigam a um processo de reestruturação interna, realçando a necessidade de uma reforma profunda das medidas a implementar (Silva, 2002).

Sobressai aqui a necessidade urgente de reformulação de medidas que permitam um efectivo desenvolvimento. Por um lado, a necessidade de garantir apoios à fracção da população mais necessitada. Por outro lado, urge uma estimulação para a empregabilidade dos indivíduos e do mercado, que imponha um revigorar das condições de vida e de bem-estar proporcionando um rejuvenescimento populacional.

Em Portugal, a forma como se configura o Estado-Providência é resultado da influência de factores inerentes a três etapas distintas que marcaram mudanças no seu desenvolvimento. Numa primeira etapa identificamos a criação de previdência no período do Estado-Novo cujo intuito era a cobertura de riscos sociais clássicos, no

²⁹ Centrada na ligação entre categorias socioprofissionais e os direitos sociais para a garantia de apoio na saúde, por exemplo.

apoio à velhice ou invalidez numa lógica de base corporativa, garantia de direitos sociais no âmbito do trabalho. Uma segunda etapa surge no após 25 de Abril de 1974, onde a implementação do regime democrático impôs a consolidação de direitos de cidadania, a par da consagração dos direitos políticos e civis e, consequentemente ao alargamento aos direitos sociais de carácter universal e que motivou um aumento das despesas sociais públicas. Embora nesta fase não se tenha alcançado uma plena realização dos direitos sociais, estes viriam a ser colmatados na etapa seguinte do desenvolvimento do Estado-Providência em Portugal, iniciada com a adesão de Portugal ao projecto europeu, na figura da então CEE (Pereirinha e Carolo, 2006).

Esta última etapa referida indica uma “europeização” do Estado-providência português, obrigando a uma mudança de escala, para supranacional (*idem*, 2006).

Segundo Juan Mozzicafreddo (1992) importa reforçar o desenvolvimento do Estado-Providência em Portugal a partir da ruptura política e social do 25 de Abril de 1974, assinalado por uma sociedade, por um lado, com características intermediárias que à semelhança de outras sociedades desenvolvidas e democráticas não deixa de apresentar “insuficiências, assimetrias e irregularidades típicas das sociedades menos desenvolvidas”. Por outro lado, sobressai uma sociedade em mutação rápida, dada a celeridade do “processo de estruturação do Estado de direito e das relações económicas e sociais”.

Ainda o mesmo autor, considera que em Portugal, à semelhança da maioria das sociedades industrializadas e democráticas, a estrutura do Estado-Providência caracteriza-se por três dimensões básicas. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de políticas sociais de âmbito geral e políticas protectoras de determinados segmentos da população. Em segundo lugar, a implementação de políticas mais abrangentes de regulação da esfera económica privada, que intervém nas disfuncionalidades do mercado. Por último, a concertação entre parceiros da esfera social e da esfera económica cujo intuito é o estímulo do desenvolvimento e ao crescimento económico a par da diminuição das desigualdades (Mozzicafreddo, 1992).

Levanta-se hoje em Portugal e na UE um novo debate político sobre o estado do Estado-Providência, no sentido de avaliar de que forma o fornecimento de bem-

estar tem sido afectado, dadas as actuais premissas que vivenciamos, e quais as perspectivas de futuro.

Quando se constata que o sistema de regulação é pervertido pela globalização, a providência por parte do estado se revela insuficiente ou deficitária e ocorre uma visível e inegável mudança de paradigma no mundo do trabalho, as condições de vida das populações transformam-se num constante e inglório desafio.

Não obstante a insustentabilidade económica, social, política e ambiental do modelo económico liberal que provocou um agravamento generalizado das desigualdades sociais. Paralelamente ressalta a ausência de um Estado-Providência sólido e eficaz, num contexto de intensa crise económica e social, que exige capacidade de reverter esta tendência através de reformas orientadas para a inclusão e justiça social (Estanque, 2005).

Advém a necessidade do Estado repensar e fortalecer exemplarmente a sua posição enquanto elemento supra protector de todos os cidadãos.

Na base do funcionamento do Estado está subjacente a concepção de um modelo de solidariedade e de interdependência. Neste sentido, as gerações activas contribuíam para o segmento da população mais envelhecido, assegurando-lhes o apoio, num ciclo de retribuição e redistribuição intergeracional. Assim como os segmentos abastados em relação aos mais desfavorecidos, na contrapartida da garantia dos seus próprios riscos sociais e segurança.

Urge repensar o Estado-Social, também sob a forma de previdência social activa e qualquer que seja a posição assumida, é indispensável repensar o Estado-Providência em relação a questões mais vastas de pobreza global. É imprescindível recuperar as tradições geradoras de solidariedades.

E urge a necessidade de mudança de paradigma, passando de estratégias reparadoras para medidas preventivas numa lógica de investimento no social.

De salientar também pela sua importância, que um dos grandes problemas de Portugal, senão o principal, não passa somente pela sua economia, nem pelas suas finanças, nem pela sua governação. É mais profundo e relacionado com crise de um modelo de progresso (racionalista, individualista, hedonista e competitivo), com a

mudança da base tecnológica das relações e com a ausência de uma educação adequada, apesar, de paradoxalmente existir, no momento presente, muito mais instrução e qualificação.

Efectivamente, um sistema de protecção social inoperante na diminuição da pobreza, na redistribuição dos rendimentos e na redução das desigualdades sociais (Ferreira, 2000), provoca um surgimento de organizações que actuam para colmatar estas lacunas ou hiatos, em detrimento do Estado tendo em conta a improficiência deste, em termos de cumprimento e salvaguarda da coesão social.

Constata-se que nas últimas décadas, em consequência do declínio do Estado-Providência e das mudanças na economia, e a exclusão de grupos vulneráveis, surge uma evolução gradual de organizações emanadas da sociedade civil (Silva, 2008). É neste contexto que a Economia-Social exerce o seu importante contributo e cooperação, sendo no local que é enaltecido o seu papel.

4. Manifestações da Economia Social

Não cabe no âmbito deste trabalho uma abordagem exaustiva sobre as origens da economia social, designadamente procurando nas confrarias da Idade Média os seus mais remotos antepassados ou, entre nós, os “celeiros comuns” do tempo de D. Dinis ou os “compromissos marítimos” de D. Fernando. Mas é importante recordar que os primeiros teóricos e as experiências do associativismo e cooperativismo surgem no início do século XX em reacção à brutalidade da Revolução Industrial com pensadores dedicados à causa social como Saint Simon³⁰, cujos princípios inspiradores da liberdade, igualdade e equidade ainda hoje são de actualidade; para ele também contribuíram o cristianismo social, corrente de pensamento reformista representada em França por Frédéric Le Play³¹.

As referências a acções de apoio económico e social aos mais desfavorecidos podem ser encontrados ao longo de toda a História, mas foi a partir da consolidação de um modelo de desenvolvimento capitalista que a urgência destas iniciativas se veio a evidenciar.

A década de 90 do século XX foi cenário de grandes transformações no contexto da globalização que, apoiadas pela introdução das novas tecnologias de comunicação e informação, se estenderam de forma nunca vista a todas as áreas da sociedade. Paralelamente nesta década emerge uma consciência global acerca das disparidades sociais que se agravam, desmontando a ideia de que o crescimento económico tem consequências directas na melhoria das condições de vida das populações.

Surge, assim, um conjunto de debates e reflexões sobre alternativas à economia neoliberal, lançando conceitos como organizações não lucrativas, economia solidária e cooperativa, terceiro sector, entre outros. Todos estes termos estão associados a uma visão alternativa, denominada Economia Social, que procura fazer face às consequências negativas da lógica do lucro ao mesmo tempo que tenta colmatar as limitações do Estado nas áreas sociais.

³⁰ Filósofo e economista francês, um dos fundadores do socialismo moderno.

³¹ Grande influência no desenvolvimento da sociologia aplicada, que utilizou no estudo de determinados fenómenos sociais, como a família por exemplo.

As instituições da chamada economia social, são entidades com uma esfera de acção muito própria, geridas de forma diferente, tendo por base a prática de uma democracia viva e de uma gestão de ganhos em prol de um bem comum. Este vasto sector económico-social, muitas vezes denominado de terceiro sector em oposição ao sector público e ao sector privado com fins lucrativos, assume diversas formas organizativas. Entre elas destacam-se as cooperativas, as instituições particulares de solidariedade social, as misericórdias, as mutualidades, as fundações e as associações de desenvolvimento local, entre outras.

Não sendo exclusivas dos dias de hoje, a sua consolidação e ampliação tornam-se mais urgentes no contexto actual de crise financeira mundial e das consequências sociais que está a provocar, em particular ao nível do emprego. Assim sendo, tem vindo a expandir-se a visão de que a economia social pode ser uma alternativa eficaz para equilibrar, de forma mais equitativa, o crescimento económico com os objectivos de desenvolvimento sustentado pela inclusão social.

Tendo por base estas finalidades, a economia social assenta num conjunto de princípios que a distinguem do sector público e do sector privado com fins lucrativos. De entre estes princípios destacam-se a livre iniciativa colectiva, a democracia e a igualdade, a justa repartição dos ganhos, a indivisibilidade total ou parcial dos fundos próprios, a solidariedade, a promoção do indivíduo e a independência do Estado. É com estas características distintivas que as organizações da economia social procuram responder às necessidades económicas e sociais para as quais a economia pública e a economia privada, não conseguem, ou não desejam encontrar respostas.

Importa ainda referir, que as instituições da Economia Social, representam cerca de 10% do conjunto das empresas europeias, ou seja, são dois milhões de empresas que são responsáveis por 6% do emprego total. O Parlamento Europeu evidencia que a economia social, dispõe de um elevado potencial para gerar riqueza e desenvolvimento e estas organizações são sustentáveis e, sobretudo, geram empregos duradouros. Daí que tenha recomendado aos Estados-membros que as apoiem e protejam (Leirião, 2004).

O agravamento da crise económica mundial a partir do Outono de 2008, obrigou-nos a reflectir sobre o sentido da economia financeira e, também, da economia social nas suas diversas formas.

Em Portugal este sector acompanha diariamente centenas de milhar de pessoas em situação de fragilidade: idosos, crianças, portadores de deficiência, desempregados, vítimas de violência, ex-reclusos, doentes etc. Além de assegurarem a maior rede de apoio social com que contam as famílias portuguesas, todas estas organizações também geram milhares de empregos. Algumas destas entidades do terceiro sector nacional têm mais de 500 anos de experiência no apoio aos mais carenciados: é o caso das Santas Casas da Misericórdia, presentes em praticamente todos os concelhos do território português.

Nos dias de hoje e tendo em conta que as Misericórdias para além de prestarem apoio aos mais carenciados, garantem também apoio social a milhares de pessoas, o Estado assumiu desde 1996, com o Pacto de Cooperação³², o financiamento organizado dos serviços prestados pelas instituições particulares de solidariedade social. Uma vez que estas organizações cuidam de pessoas sem recursos financeiros o Estado Português acordou através de um protocolo anual com as três organizações mais representativas do sector, os valores a comparticipar por cada utente acolhido pelos serviços das Misericórdias, das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e das Mutualidades representadas, respectivamente, pela União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e União das Mutualidades.

Também as famílias assumem uma mensalidade, atribuída em função do Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS), para financiar os serviços que lhe são prestados.

Mas estas duas formas de financiamento não são suficientes para suportar os custos das diversas respostas sociais que as Misericórdias actualmente garantem à população, daí que seja importante uma terceira, e mais inovadora, forma de financiamento. Muitas destas organizações estão a apostar na criação de serviços de

³² Ou Protocolo de Cooperação para a Solidariedade Social define uma cooperação entre o Estado e as instituições de solidariedade social.

apoio à comunidade onde estão inseridas. Nem todas conseguem mobilizar o capital necessário para este tipo de iniciativa, mas já são muitos os exemplos de Misericórdias que promovem a diversificação de serviços como maneira de gerar recursos. Convém destacar que no terceiro-sector não existe lucro. Há mais valias que são reinvestidas em mais acção social.

A noção subjacente a estas iniciativas, que podemos considerar inovadoras, assenta no facto de que todos os estudos indicam o fim da ilusão do Estado-Providência. A médio e longo prazo, as Misericórdias poderão não poder contar com as participações públicas. Perante os factos que actualmente conhecemos, o melhor cenário aponta para uma redução destes valores. Além disso, no actual quadro de crise financeira, é cada vez maior o número de agregados familiares que solicita a isenção do pagamento que lhe é devido.

Inspiradas pela sua missão principal que é apoiar pessoas carenciadas, e imbuídas desse imperativo, as Santas Casas vão relevando essa situação, o que origina, incontornavelmente, um acréscimo financeiro em termos de despesa extraordinária.

Mas não existe outro caminho. É imperativo encontrar soluções, o que se exige neste momento às famílias é um esforço nalguns casos impossível. Há que ajudar as famílias nesta caminhada, e as Santas Casas, a exemplo do que tem sido feito desde há mais de 500 anos a esta parte, têm, de estoicamente encontrar, uma vez mais, as soluções para os desafios de cada época. A porta de uma Santa Casa da Misericórdia, é quase sempre a última a que vamos bater, na certeza porém, de que ela se nos abrirá sempre.

“ A economia só será viável se for humana, para o homem e pelo homem”

Papa João Paulo II

5. Enquadramento das Misericórdias em Portugal e o seu enraizamento no Local

Conforme advoga Fernando da Silva Correia (1999) é muito difícil determinar a origem das obras assistenciais, mas é fácil perceber que o progresso civilizacional foi criando novas necessidades aos indivíduos.

Nesta perspectiva, o autor, ainda que considere discutível o seu critério, entende que é possível dividir a História da Assistência em seis períodos: O primeiro, abrange o período anterior ao cristianismo; o segundo, prolonga-se até ao Feudalismo; o terceiro, antecede o Renascimento; o quarto, liga o período renascentista até à Revolução Francesa; o quinto, termina com a criação do moderno Serviço Social; e o sexto, é constituído pela evolução desses Serviços até aos dias de hoje.

Deste modo, na Antiguidade, a assistência tinha um carácter eminentemente religioso, mas já na civilização greco-romana o Estado assumiu responsabilidades na protecção dos pobres, quer através da distribuição de dinheiro, ou de cuidados médicos, como se verificou na Grécia (Correia, 1999).

No que diz respeito a Roma, são conhecidas medidas de protecção aos mais necessitados³³, como a esmola individual, a atribuição de terras, venda de cereais, distribuição de água, dar sepultura aos mortos, entre outros. Com a aceitação do Cristianismo por Roma, através do Édito de Milão³⁴ no ano 313 promulgado pelo Imperador Constantino Magno, os costumes greco-romanos foram, substancialmente, humanizados, abrindo-se, assim, as portas da “fraternidade universal” (Correia, 1999).

A história da assistência cristã, desde o seu início nos tempos apostólicos, é essencialmente a história da realização das Obras de Misericórdia, que indica uma assistência com cariz abrangente e universal, atendendo ao indivíduo como um todo, corpo e alma, com 7 Obras de Misericórdia Corporais (*Dar de comer a quem tem fome; Dar de beber a quem tem sede; Vestir os Nus; Visitar e resgatar os cativos; Dar pousada aos peregrinos; Visitar os doentes e Enterrar os Mortos*) e 7 Obras de Misericórdia Espirituais

³³ Plebeus.

³⁴ Institui a neutralidade do Império Romano relativamente ao credo religioso, terminando com as perseguições religiosas.

(Dar bom conselho; Ensinar os ignorantes; Corrigir os que erram; Consolar os aflitos; Perdoar as injúrias; Sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo; Rogar a Deus por vivos e defuntos).

Com o desenvolvimento económico trazido pelo século XI, no Ocidente da Europa surgem as Corporações de Artes e Ofícios, como as “Guildas”³⁵ germânicas, e no caso de Portugal é possível que as organizações de artífices com origem romana, tenham atravessado a ocupação muçulmana, que para além de procurarem dignificar a classe, velavam também pelo auxílio aos seus membros, em situação de doença ou de miséria (Correia, 1999).

Na Idade Média, operou-se uma transformação religiosa, pois, como refere Isabel Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes (2008) procurou-se incorporar uma preocupação crescente com os mais desfavorecidos. Neste âmbito, saliente-se o papel de Francisco de Assis³⁶, que viria a ser santificado, pelo papel que desempenhou no combate à pobreza e auxílio dos mais carenciados, realçando estas questões como uma das principais preocupações dos cristãos.

Sobressaem a partir daqui o papel dos leigos, que foram os grandes dinamizadores dos movimentos renovadores nomeadamente através das Confrarias que eram no fundo, associações de profissionais com fins beneficentes, formadas dentro das Corporações, mas tendo missões diferenciadas, de acordo com os objectivos que perseguiram. As Corporações, tinham uma particularidade que as distinguia das Confrarias, pois procuravam defender os bens materiais dos seus membros, enquanto as Confrarias eram associações de fiéis, com fins religiosos, tendo como acção principal, a recolha de esmolas, celebrações religiosas e a realização e acompanhamento do funeral dos seus membros (Sá e Lopes, 2008).

Com o crescimento urbano, e as situações de miséria verificada nos meios rurais³⁷, revela-se um acentuado êxodo rural, onde as relações de proximidade entre indivíduos eram diminutas acentuando muitos dos problemas já existentes. É aqui que

³⁵ Corporações de artesãos que procuravam garantir os interesses das classes.

³⁶ Frade católico, fundador da Ordem Mendicante.

³⁷ Muitas vezes colmatadas pela família ou pelos senhores locais.

sobressai o papel fundamental das Confrarias na humanização das relações, pela criação de laços entre os seus membros. Surgiu assim o conceito de Irmandade que, muito embora tivesse origem profana, foi, no entanto, tutelada pela Igreja Católica que via nestas organizações, não só uma forma de expandir a Fé, como também um processo de aumentar³⁸ o património eclesial (Sá e Lopes, 2008).

O Renascimento trouxe de Itália para os principais países do Ocidente da Europa, um desenvolvimento industrial, como consequência das grandes navegações e dos grandes descobrimentos que possibilitaram o enriquecimento dos monarcas que, mercê das suas acções bélicas ou mercantis, vão proporcionar o aparecimento de novas e fortes classes sociais.

Todavia, no caso concreto de Portugal, a expansão intercontinental faz de Lisboa uma cidade cosmopolita a fervilhar de mesteres endinheirados, mas também daqueles que abandonaram os meios rurais, seduzidos pela miragem da vida citadina (Sá e Lopes, 2008).

Perante as carências materiais e espirituais, foi institucionalizada a Caridade, através da reforma das Confrarias medievais que passaram a tutelar albergarias, hospícios e outras organizações piedosas. Assim, sabe-se da existência do Hospital da Rainha Santa³⁹, bem como de gafarias⁴⁰ em diversos locais do país, enfermarias, albergarias e hospitais termais, via de regra mantidas por Ordens⁴¹ e Confrarias (Sá e Lopes, 2008).

O grande impulso dado pela Coroa no campo assistencial aconteceu nos reinados de D. Afonso V⁴², com a fundação do Hospital de Beja⁴³; de João II⁴⁴, com a

³⁸ Através de donativos.

³⁹ Princípios do Século XIV.

⁴⁰ Para albergar leprosos.

⁴¹ Militares ou religiosas

⁴² Cujo cognome é o 'Africano'.

⁴³ 1469.

⁴⁴ Cognominado *O Príncipe Perfeito* pela forma como exerceu o poder.

criação, em 1485, do Hospital das Caldas, e do Hospital de Todos-os-Santos⁴⁵ em Lisboa, unidade que reuniu todos os que então existiam em Lisboa e que desapareceu com o terramoto de 1755; e a Confraria da Misericórdia de Lisboa (1498) (Sá e Lopes, 2008).

A fundação da Misericórdia de Lisboa, merece a Costa Goodolphim (1998) o seguinte comentário:

“A instituição das Misericórdias em o nosso paiz consigna uma página brilhantíssima nos fastos da história da caridade. (...)em 1498 ergue-se uma instituição modelo, amplíssimo manto de caridade, para de todas as misérias e allivio de todos os desconfortos. Desde a fundação da monarquia, a piedade encontrará sempre desvelados cultores, não só em nossos reis e rainhas, mas em particulares, instituindo hospitais e albergarias, cuidando dos orphãos e dos inválidos, como em muitas notas demonstraremos em logares competentes (...)”.

Esta obra assistencial, que veio a servir de modelo para as que vieram a ser criadas no país, constitui, no entendimento de (Correia, 1999).

“ (...) Uma fase duma verdadeira reforma da assistência, a mais notável e eficaz que até hoje houve em Portugal”.

Subsistindo muitas dúvidas quanto à formação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, parece ser certo, de acordo com o autor referido, que a instituição não foi formatada sobre nenhum modelo estrangeiro, porque em Portugal já existiam à época muitas Confrarias de Caridade.

A fundação desta Santa Casa da Misericórdia corresponde a um período de grande expansão da epopeia dos Descobrimentos, com nítidos reflexos no campo da Fé, mas também na pobreza (Correia, 1999).

Foi no ano de 1498, conforme já referido, que D.^a Leonor de Lencastre com a autoridade régia de que estava investida, deu “*premisso cumprimento e mandato*” à pretensão de uns tantos “bons fiéis e cristãos” com vista à constituição de uma Irmandade destinada à realização de todas as Obras de Misericórdia, pertencendo o

⁴⁵ Finais do Século XV.

outro apoio ao Colégio da Sé de Lisboa que lhe concedeu “outorga, autoridade e ajuda”, conforme refere Fernando da Silva Correia (1999).

Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes (2008) indicam que,

“... por todo o resto do seu reinado, D. Manuel I concedeu privilégios às Misericórdias que as tornavam uma instituição quase sempre bem-vinda ao nível local, precisamente porque ajudavam a definir as elites em presença. Uma série de benesses, tradicionalmente concedidas pelos reis medievais portugueses a pessoas e entidades da sua protecção, foram logo, mesmo durante a regência de D. Leonor, profusamente distribuídas aos oficiais da Misericórdia de Lisboa e depois estendidas às outras misericórdias entretanto criadas”.

A atribuição de regalias aos mesários das Misericórdias, bem como o que isso representava em termos sociais, ajudou a propagar estas instituições, muito embora o carácter itinerante da Corte⁴⁶ tenha sido, talvez, o maior impulso. Quando D. Manuel I faleceu já as Misericórdias cobriam grande parte do território nacional e até algum extra-europeu.

Numa primeira fase, as Misericórdias, como advoga, Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes (2008)

“... por não possuírem instituições sob a sua tutela” dão preferência aos casos de pobreza corrente, dando esmolas, com visitas a cadeias e hospícios, no âmbito do espírito Mariano⁴⁷, até porque não houve intenção da Coroa em confiar-lhes alguns dos hospitais existentes, ou que fomentassem a criação de novos.”

O espírito evangélico inicial foi desaparecendo, e as Misericórdias, acompanhando a evolução social, passaram a ser o reflexo da hierarquização social, pelo que a figura do Provedor (presidente da direcção) era assumida por um representante da mais destacada fidalguia local.

As constantes alterações aos Compromissos são reflexo das dimensões económicas e sociais das Misericórdias, pois as constantes doações de prédios rústicos

⁴⁶ Por razões lúdicas ou de surtos epidémicos.

⁴⁷ Associado à Virgem Maria.

e urbanos, mas também de dinheiro, faziam aumentar as responsabilidades administrativas, com realce para a actividade parabancária.

Nos tempos seguintes novos diplomas régios vieram regularizar a vida das Misericórdias, razão pela qual os novos legados e ofertas já não dependiam do alvedrio dos “mesários”, mas sim estavam sujeitos a regras, condição que levou ao afastamento das classes nobres ou possidentes da direcção das Misericórdias.

Por isso, assiste-se a uma espécie de refundação das Misericórdias, com a obrigatoriedade de todas se cingirem ao Compromisso da Misericórdia de Lisboa (sempre tutelada pelo poder régio), a favor da qual foi instituída por D.^a Maria I⁴⁸ a Lotaria Nacional (Sá e Lopes, 2008).

5.1 Reflexão acerca da Natureza Jurídica das Misericórdias

Abordar a natureza jurídica das Misericórdias implica, desde logo ter em conta uma percepção aprofundada da evolução histórica e jurídica destas instituições, facto, que se torna bastante difícil circunscrever em poucas páginas.

Contudo, e tendo em conta que não é essa a temática essencial, no âmbito deste trabalho e correndo obviamente o risco de muitos dos factos que marcam a história e a componente jurídica das Misericórdias Portuguesas ficarem por enunciar, iremos apenas elencar alguns aspectos que nos merecem particular acuidade.

Fundadas em Portugal no ano de 1498, sob o impulso da então Rainha D. Leonor, como já referido, as Santas Casas da Misericórdia ou Irmandades da Misericórdia, têm-se assumido como um dos pilares da solidariedade no panorama nacional ao longo dos tempos.

Estas seculares Instituições que têm na sua génese os valores do humanismo cristão, traduzidos na concretização das catorze obras de Misericórdia, desde logo beneficiaram da protecção e do estímulo da Coroa, com realce para o papel do Rei D.

⁴⁸ Conhecida pelos cognomes de Piedosa ou Pia, vivendo dedicada a obras sociais.

Manuel I que deu continuidade e reforçou vivamente, o estímulo que sua mãe dispensou a estas instituições.

Não obstante o espaço que as Misericórdias Portuguesas têm ocupado na estruturação e operacionalização de uma intervenção junto das problemáticas sociais ao longo de séculos, tal não as isentou das vicissitudes pelas quais estas Instituições têm passado, especialmente em momentos de alteração dos regimes políticos vigentes.

Por outro lado, a natureza e a génese destas instituições, alicerçam-se em duas dimensões, uma espiritual e uma corporal, ou não fossem as catorze obras de Misericórdia repartidas em sete espirituais e sete corporais.

Ora, é a ausência do bom senso na análise e distinção destas duas dimensões que, muitas vezes, conduz ao surgimento de problemas ditados por interpretações opostas e antagónicas destes dois níveis que, desde sempre, integram a plenitude da dimensão do Ser Humano.

Essas diferentes interpretações conducentes a opiniões discrepantes, têm dado origem a alguns atritos de ordem doutrinária, designadamente no que concerne à natureza jurídica das Misericórdias.

Importa referir que o Código do Direito Canónico, datado de 26 de Novembro de 1983, acrescentou, em relação ao Código de 1917, a diferenciação no seio das Associações de Fiéis.

Por outro lado, também a Concordata de 1940 foi substituída pela de 2004, estabelecendo um cenário com distintas leituras jurídicas que, em nada, facilitam o entendimento da natureza das Misericórdias.

Simultaneamente, o Direito Civil Português interage com estas alterações, estabelecendo decisões, muitas das vezes contrárias, ao sentido da interpretação feita no campo jurídico canónico.

Manifesta uma dupla especificidade, por um lado regulada pelo direito canónico e por outro lado, enquanto natureza jurídica pelo estatuto das IPSS's de acordo com o artigo 68º do Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro.

No sentido de uma melhor compreensão desta matéria, regressemos aos anos 70 do século passado, onde não podemos deixar de referir que, na história contemporânea das Misericórdias sobressai, por diversas razões, o movimento militar de 25 de Abril de 1974.

De acordo com informações veiculadas por órgãos afectos a instituições católicas, como é o caso da *Voz das Misericórdias*, existiam em Portugal, em 1973 (no continente, Madeira e Açores), 351 misericórdias (presentemente o número subiu para 384) que detinham, como se refere na obra “dois terços das camas hospitalares portuguesas”.

Na mesma obra é salientado que o Governo de então (1973) preparava legislação tendo em vista uma progressiva integração

” (...) das instituições particulares de assistência nos Serviços do Estado”.

O golpe militar de 25 Abril de 1974, deu assim seguimento ao que estava idealizado e até legislado, verificando-se que antes do final de 1974, os hospitais centrais e distritais, até então pertencentes a pessoas colectivas de utilidade pública e administrativa, passaram para a administração directa do Governo. De referir, que no decurso do ano seguinte, esta legislação foi alargada aos hospitais concelhios, quase todos eles, pertencentes a Misericórdias.

Não obstante as condições políticas que se viviam, a Igreja Católica reagiu contra esta “nacionalização”, sendo, em Julho de 1976, anunciada a realização de um Congresso das Misericórdias. As conclusões desse Congresso, realizado nesse ano na cidade de Viseu, apontam, de um modo geral, para o reconhecimento da natureza jurídica tradicional de irmandades e confrarias canonicamente erectas; restituição e posse dos bens nacionalizados; indemnização pelos danos causados; reconhecimento da autonomia e liberdade das misericórdias, bem como a constituição de um órgão nacional representativo das Misericórdias (Sá e Lopes, 2008).

Deste modo nasceu a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), canonicamente erecta, cujos estatutos foram aprovados, em 24 de Janeiro de 1977 (Sá e Lopes, 2008).

Na sequência da fundação da UMP, o governo de inspiração do Presidente da República General Ramalho Eanes, presidido pela eng^a Maria de Lourdes Pintasilgo aprovou, em 29 de Dezembro de 1979, através do Decreto-Lei 519-G2/79, o Estatuto das IPSS, documento que consagra as Misericórdias como “ (...) associações constituídas na ordem jurídica com o objectivo de satisfazer carências sociais e de praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina moral e cristã”.

Ou seja: a partir de então ficava revogada a legislação que enformava a existência das Misericórdias, pelo que estas passaram a ter personalidade jurídica, sendo a sua erecção da responsabilidade do Bispo Diocesano, com a obrigação da sua comunicação ao Ministério dos Assuntos Sociais.

Como se explica na obra (Sá e Lopes, 2008), com a publicação do Decreto referente ao Estatuto das IPSS, consuma-se a transformação da natureza jurídica das misericórdias portuguesas. Saliente-se, que até ao século XX, as Misericórdias em termos de âmbito de enquadramento e de acção, funcionavam como associações independentes, actuando dentro da doutrina católica, tendo por objectivo primordial cumprir e praticar as catorze obras de misericórdia para com “os vivos e os mortos”. Funcionavam com total autonomia, não estando sujeitas à jurisdição eclesiástica, respondendo somente perante o poder político central.

Posteriormente, o Estado Novo viria a considerá-las instituições canonicamente erectas, tendo-as o pós 25 de Abril submetido à tutela episcopal, situação que Salazar nunca havia consentido. Interesses superiores e poderosos, entraram em cena evoluindo-se a passos largos para o culminar de uma estrita dependência dos bispos, situação que viria a suscitar uma viva reacção por parte das misericórdias.

O funcionamento técnico das IPSS, conforme já referido, foi regulado pelo Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, procurando o Governo, como se diz no preâmbulo,

“ (...) criar as condições adequadas para o alargamento e consolidação de uma das principais formas de afirmação organizada das energias associativas e da capacidade de altruísmo dos cidadãos, através de instituições que prossigam fins de solidariedade social (...)”.

A relação entre as Misericórdias Portuguesas, representadas pela respectiva UMP e a hierarquia da Igreja Católica conheceu, face ao que tem sido dito, alguns atritos de carácter doutrinário, com considerável extensão de posições conceptuais.

Com efeito, as Misericórdias, que se consideravam “associações privadas de fiéis” são confrontadas, em 1988, com a posição da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) que define como “públicas” todas as “Associações de fiéis erectas em pessoa moral pela Autoridade Eclesiástica” antes da entrada em vigor (em 1983, do Código de Direito Canónico),

“ ... nomeadamente as denominadas Irmandades ou Confrarias”.

Concreta e resumidamente, esta nova concepção expressava que as “associações privadas de fiéis” muito embora governadas por fiéis, só adquirem personalidade jurídica com a aprovação canónica dos estatutos, embora sujeitas à vigilância das autoridades eclesásticas e a sua vigência decorre da atitude dos seus corpos sociais. Por sua vez, as “associações públicas de fiéis” são erectas por uma autoridade (superior) eclesástica que supervisiona, tanto os órgãos directivos, com a própria gestão orgânica e estrutura administrativa.

Esta distinção do tipo de “associação” motivou tomadas de posição entre a UMP e a CEP, tendo os recursos subido até à Santa Sé.

As tensões entre a UMP e a CEP conheceram uma nova faceta com a publicação por esta entidade, em 23 de Abril de 2009, de um *Decreto Geral para as Misericórdias*, documento que, entre outros assuntos, estipulava que as Misericórdias eram associações públicas de fiéis; considerava todos os bens eclesásticos; contrariava a disposição constitucional da separação da Igreja do Estado; e suscitava dúvidas quanto à extinção das Misericórdias e destino dos respectivos bens.

Foi com base neste documento que foram iniciadas as conversações entre a Conferência Episcopal Portuguesa e a União das Misericórdias Portuguesas que culminaram em 2 de Maio de 2011, com a assinatura do Compromisso e do Decreto Geral Interpretativo (ANEXO I), textos que, terão, finalmente, conseguido estabelecer a ponte entre as instituições envolvidas.

De facto, o Decreto Geral Interpretativo, que consagra a eclesialidade, história e autonomia das Misericórdias, considera-as como associações de fiéis com especificidade própria, e pessoas jurídicas de Direito Canónico com personalidade jurídica civil, processando-se a sua relação com o Estado nos termos do Decreto-Lei 119/83.

O mesmo Decreto define ainda, que a eleição dos corpos gerentes será feita de acordo com os Compromissos, que respeitarão as legislações canónicas e civis. Relativamente à venda de ex-votos, peças artísticas e religiosas depende de licença da Santa Sé, dependendo a alienação de outros bens afectos a actividades culturais ou religiosas, da licença prévia do bispo diocesano. Quanto aos outros bens, a sua alienação ou oneração, processar-se-á de acordo com os respectivos Compromissos.

6. Santa Casa da Misericórdia de Arganil – o Legado da Continuidade

6.1 Arganil – Contextualização Local

O concelho de Arganil é coevo da formação da nacionalidade portuguesa, muito embora a sua actual configuração seja de maior dimensão, resultante da anexação de outros concelhos vizinhos, nomeadamente os de Pombeiro da Beira, Celavisa e Coja.

Sabe-se que Arganil é uma vila muito antiga, não se conhecendo porém ao certo a data da sua fundação. Na origem da sua toponímia existe alguma discordância, acreditando alguns autores que esta advém do nome de uma cidade romana, com a designação de “Argus”, muito florescente durante o Império Romano e arruinada pelos Árabes em 716, os quais a reedificaram, não tornando no entanto a atingir a sua primitiva importância. Outros autores defendem que o seu nome advém de Aufrágia, cidade fundada pelos Lusitanos em 550 A.C.

Porém, é através do estudo da geologia e das relações Homem-Solo que Regina Anacleto (1996), encontra uma explicação para o topónimo desta velha Vila Condal. Segundo a citada autora, o termo Arganil, advém de “agro”, que significa “um terreno especialmente vocacionado para a cultura”.

Arganil foi “terra de ninguém”, funcionando como uma “fronteira”, com as montanhas a favorecerem a criação de núcleos populacionais independentes “meio esquecidos dos soberanos e dos potentados da Corte que preferiam ter aqui fortes pontos de resistência e agressividade contra inimigos do que prósperos centros produtores de onde pudessem tirar abundantes impostos”.

No início do século XII, à posse da Coroa, D. Teresa doa Arganil ao franco Pedro Uzberto⁴⁹ que lhe concede foral em 1175, que viria a ser confirmado por D. Manuel I, em 1514 (Anacleto, 1996).

Os forais de Coja e Arganil foram confirmados por D. Manuel I (1514) e, aquando do cadastro mandado organizar por D. João III (1527), sabe-se que o termo

⁴⁹ Ou Ubertz.

de Arganil confinava com os das vilas de Celavisa, Góis, Pombeiro da Beira, Fajão e Coja.

Contribuiu, decerto para a postura centralizadora que Arganil veio a assumir nesta zona do Alto Distrito de Coimbra, o facto de em 7 de Janeiro de 1792, ter sido elevada à categoria de Comarca (divisão administrativa e judicial) por diploma régio assinado por D. Maria I.

Na actualidade, o concelho de Arganil pertence à sub-região do Pinhal Interior Norte, com uma área de 332,13 Km², possui cerca de 13.000 habitantes⁵⁰, distribuídos por 18 freguesias.

É limitado a Norte pelos concelhos de Penacova, Tábua e Oliveira do Hospital, a sul pelos concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, a Leste com os concelhos da Covilhã e de Seia e a Oeste com o concelho de Vila Nova de Poiares.

De relevo predominantemente montanhoso, as povoações encontram-se bastante dispersas, algumas das quais muito distantes entre si sendo que a maioria dista, entre 17 e 41 Km, da sede de concelho, que é o caso da aldeia histórica de Piódão, (verdadeira jóia da coroa do turismo arganilense). Estas aldeias, algumas de uma beleza rara e imperdível, encontram-se encalhadas nas escarpas da Serra do Açor, servidas por estradas e caminhos de difícil acesso, com um serviço de transportes, ainda hoje desadequado às necessidades das populações, do que resulta um significativo isolamento das mesmas e que tem vindo a originar um fenómeno de alguma concentração na sede de concelho, e consequentemente, de desertificação do alto concelho.

Presentemente, a realidade alterou-se um pouco, constatando-se que apesar de se verificar ainda uma considerável concentração de trabalhadores que se deslocam diariamente das povoações para as empresas, estes contudo, não passaram a ser residentes, sendo antes migrantes, devido à melhoria dos acessos, assim como à relativa facilidade na compra de viatura própria.

Com uma população enquadrada na área agrícola, pelo peso da agricultura de subsistência, verificamos, que Arganil, pelas suas características e localização, nunca

⁵⁰ O valor de 2011 dos dados preliminares dos censos.

chegou a ser um concelho rural. Situou-se sempre a meio caminho entre a Serra do Açor e a cidade de Coimbra, aliando características de ruralidade com um urbano próprio da proximidade da manutenção de um forte “imaginário citadino”, proporcionado pela proximidade e pela frequência cada vez mais acentuada da capital do distrito.

Relativamente à ocupação dos solos, a característica essencial passa pela silvicultura, com uma mancha de pinheiro bravo muito significativa, presentemente bastante atacada pelo nemátodo, e com o eucalipto, a ocupar cada vez maior extensão.

Constata-se que o interior do país tem sofrido mutações profundas, e no seguimento destas mutações encontramos um espaço que se descaracteriza e se despoeva e que perde as funcionalidades espaciais que sempre o caracterizaram.

Exemplo vivo destas modificações, é a diminuição da sua população, facto que abriu largas manchas de desertificação, onde, a prática agrícola deixou praticamente de existir e nem os incentivos dados pela União Europeia, neste campo, a conseguiram travar,

Curiosamente, neste momento, e pese embora de uma forma ainda muito incipiente, assistimos a um fenómeno novo, que se prende com o regresso de alguns migrantes à sua terra de origem, referimo-nos concretamente a pessoas a quem o flagelo do desemprego bateu à porta, movidas certamente pelos níveis de desemprego que ocorrem nas zonas urbanas e na impossibilidade de no imediato encontrarem emprego, “retornam à terra”, expressando a vontade de aqui se fixarem, junto das suas famílias, no sentido, de nomeadamente, evitarem algumas despesas que tinham na cidade, (alojamento, transportes...) e que aqui junto dos seus familiares, e regressando também à prática de uma agricultura de subsistência, podem ser menorizadas.

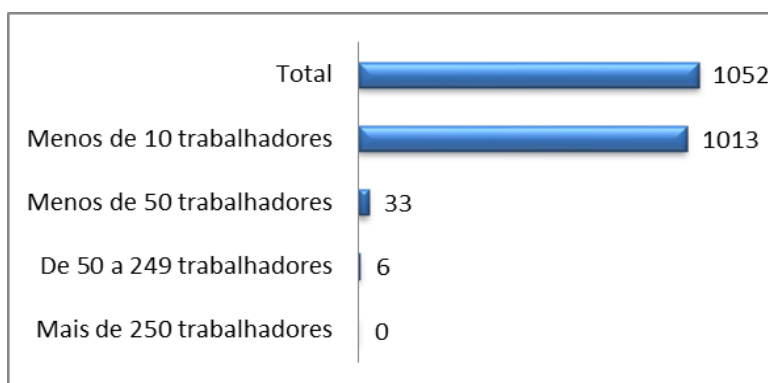
Arganil, como qualquer localidade deste país, não ficou de forma alguma, isenta das tormentas que nos assolam em tempos da crise que actualmente grassa pelo mundo. Actualmente o desemprego, cujos índices ilustraremos adiante, já se faz sentir de uma forma dura e preocupante. Verificando-se o encerramento de algumas pequenas empresas e a diminuição de postos de trabalho, noutras.

Pese embora o explanado, o desemprego no concelho de Arganil, encontra-se “contido”. Existem em Arganil, unidades industriais com um número de trabalhadores significativo, que já conheceram uma pujança considerável no passado, e que tiveram a capacidade de se inovar e de acompanhar as exigências dos mercados e da competitividade. De referir, contudo que apesar da existência de ‘alguma’ indústria, o concelho apresenta ainda características pouco urbanizadas.

De referir também, que o concelho vivenciou, em tempos, uma taxa de analfabetismo deveras preocupante, a par de níveis de qualificação muito baixos ou inexistentes, situações essas, que têm vindo a ser vivamente colmatadas, nomeadamente, através de Cursos de Dupla Certificação, destinados a jovens e a adultos, promovidos pelo IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, sediado em Arganil, que tem vindo a realizar nos últimos anos um importante trabalho a este nível.

Presentemente, o concelho de Arganil regista 1.052 empresas, não ascendendo nenhuma delas aos 250 trabalhadores, o que já se verificou no passado. No universo destas empresas, seis empregam entre 50 a 249 trabalhadores, sendo que 33, são Pequenas e Médias Empresas (com menos de 50 trabalhadores) e as restantes (1.013), são Microempresas, (com menos de 10 trabalhadores) (Gráfico 1) (INE,2011a).

Gráfico 1 – Distribuição do N° de Trabalhadores por Empresas do Concelho



Fonte: INE

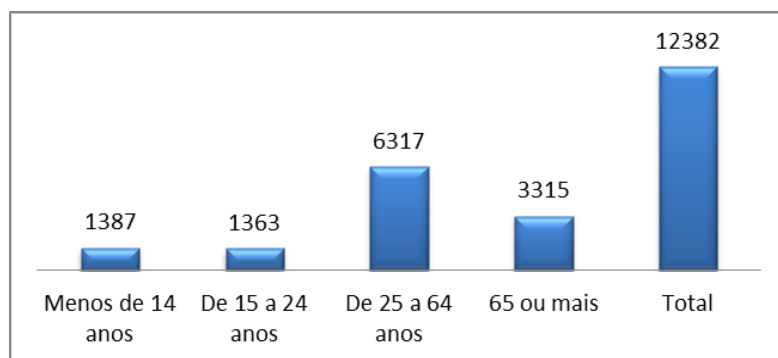
De salientar pela sua importância, e para a devida compreensão e análise destes dados, neste universo de empresas registadas, encontram-se também incluídos

os trabalhadores em nome individual, os trabalhadores a recibos verdes, entre outros, cujo registo nas Finanças “funciona” como uma empresa.

No referente aos índices populacionais e na sequência do já referido, sobressai um decréscimo populacional que se verifica a partir do século XX, não se registando uma renovação significativa, o que origina um envelhecimento progressivo da população, com a agravante do fenómeno da desertificação em algumas povoações, conforme também já referido, tendo em conta a ausência de uma dinâmica económica que permita inverter esta situação (CMA, 2011).

De acordo com dados dos censos de 2011 (INE, 2011a), referentes ao ano de 2010, e que podemos analisar no quadro abaixo, o concelho de Arganil possui um total de 12.382 habitantes, sendo que 1.387, têm menos de 14 anos de idade, 1.363, têm entre 15 e 24 anos, 6.317, têm entre 25 e 64 anos, e 6.630 têm 65 ou mais anos de idade (Gráfico 2). Estes valores traduzem bem o envelhecimento da população, assim como expressam uma baixa e preocupante renovação geracional. Surge ainda outro dado, que refere que a maioria da população é do sexo feminino (52%), sendo os restantes habitantes do sexo masculino (48%) (Gráfico 3 – ANEXO II).

Gráfico 2 – Distribuição da população do concelho por faixa etária

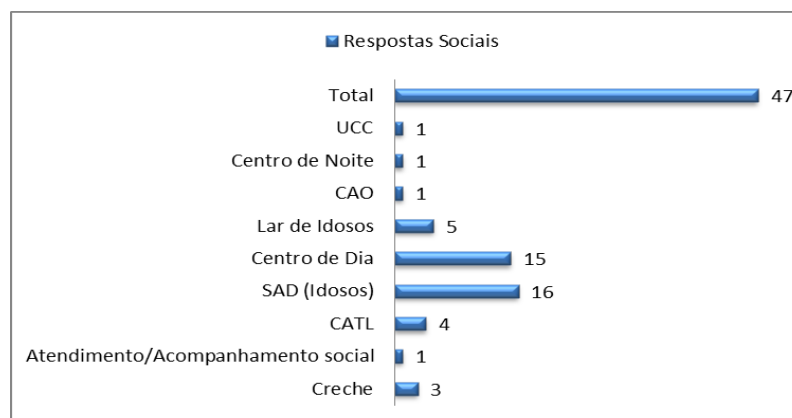


Fonte: INE

De salientar também, que em termos económicos assistimos a uma terciarização do emprego, dado que muita da população activa foi absorvida por este sector, verificando-se um decréscimo notório nas práticas agrícolas. (CMA, 2011). Neste seguimento, impõe-se aqui destacar o importante papel das IPSS e de outras

instituições de solidariedade social, na criação de emprego, importando aqui referir as Instituições de Solidariedade Social e as respostas sociais existente no concelho de Arganil (CLAS, 2002), que passamos a apresentar no quadro seguinte (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição das respostas sociais do concelho



Fonte: CLAS

6.2 Santa Casa da Misericórdia de Arganil – Origem e Formação

Não sendo conhecidos documentos que conduzam a um melhor conhecimento sobre o modo como se processou a formação da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, resta, por isso, o I Compromisso da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, datado de 1647, que inclui a Petição de Aprovação dos Estatutos; pedido de Informação solicitado pelo Rei; Resposta do Procurador da Coroa; Aprovação Régia e primeira eleição da Mesa.

A primeira apreciação que se conhece a esse documento⁵¹, bem com a referência às incidências da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, surge na Informação Paroquial de 1758, elaborada pelo reitor da vila, o reitor licenciado

⁵¹ Dado como perdido durante anos, foi localizado e preservado no século XX, pelo Dr. Jaime Rebelo da Costa Arnault, natural de Alvares e ligado pelo matrimónio a Arganil.

Manuel da Costa Lemos Tunes, e comentada pelo Dr. Augusto Matos Cid⁵², em 1951, nas colunas do jornal *A Comarca de Arganil*.

O capitão-mor Pedro da Fonseca, que foi o primeiro provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arganil foi antepassado de D. Maria Isabel de Melo Freire de Bulhões que nasceu, provavelmente, em Arganil no ano de 1797.

Esta nobre senhora, que ficou conhecida como Condessa das Canas, legou todos os bens que possuía nos concelhos de Tábua e Arganil, à Santa Casa da Misericórdia de Arganil, sendo o seu palacete, por vontade expressa, destinado a Hospital, instituição que entrou em funcionamento em 1886 (SCMA, 2011a).

Esta valência hospitalar, bem como as propriedades agrícolas, representaram um salto qualitativo na vida local, na medida em que a Santa Casa da Misericórdia, pôde alargar o seu âmbito de acção e com o seu património enriquecido passou a ser um parceiro com intervenção social e cultural, gerando importantíssimos factores de desenvolvimento social e económico (SCMA, 2011a).

É de salientar que os Hospitais faziam parte do percurso histórico das Misericórdias⁵³. No entanto, refira-se que a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, curiosamente, não foi pioneira neste aspecto pois já, anteriormente, existira uma rudimentar unidade benemerente e hospitalar (Anacleto, 1996) criada sob a égide e a protecção da Condessa das Canas.

Com a inauguração da unidade hospitalar, que recebeu a designação de “Hospital de Beneficência Condessa das Canas”, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil passou a ter sede neste espaço físico.

A entrada em funcionamento do Hospital Condessa das Canas, alterou, substancialmente, a filosofia de acção da Santa Casa da Misericórdia de Arganil que até então se limitara à prática do que se podia apelidar de ‘*caridade espectáculo*’, ou seja, com a oferta de géneros ou dinheiro por ocasiões festivas ou data solenes.

⁵² Advogado e notário em Oliveira do Hospital.

⁵³ O primeiro foi o Hospital Termal das Caldas, fundado em 1485.

O Hospital impôs, por isso, a Santa Casa da Misericórdia a alterar a letra do seu Compromisso, visto que agora, para fazer face às despesas, era necessário gerar novas receitas, pois já não bastavam as resultantes da obrigação de celebração de missas, ou o cumprimento de promessas.

Era, por isso, necessário rentabilizar o património através de arrendamentos ou aforamentos, ou da institucionalização de sistemas de crédito, prática que levou algumas Misericórdias a funcionarem como “bancos”, ao qual poderiam recorrer não apenas os “irmãos”.

Deste modo, e como as Misericórdias eram tuteladas pelo Governo⁵⁴ com frequência o Poder Central intervinha na sua administração, impondo regras de conduta, ou destituindo Mesas que eram substituídas por comissões administrativas (Sá e Lopes, 2008).

Os anos 30 do século passado, trouxeram uma considerável dinâmica à Santa Casa da Misericórdia de Arganil que, para auxílio das suas acções benemerentes funcionava como autêntica instituição bancária, emprestando dinheiro a juros aos membros da Irmandade, ou tomando conta dos bens indicados como penhoras. (SCMA, 2011b).

A grande evolução, no aspecto médico-assistencial aconteceu em 1930, com a instalação de um aparelho de Raio X, equipamento fundamental e cuja aquisição só foi possível com os contributos da população. Esta obra seria complementada, com a construção (1932) do Dispensário Antituberculoso.

Em 1940, importantes obras são levadas a efeito nas instalações hospitalares e que se traduziram, na introdução do sistema de abastecimento de água e na implantação da rede de esgotos.

Com a construção, em 1941, de um pavilhão foi possível o Hospital passar a exercer medicina especializada. (SCMA, 2011a).

No entanto, como eram cada vez maiores as solicitações relativas ao Hospital, face à situação económica do país, aumentando, consideravelmente, o número de

⁵⁴ Primeiro Monarquia e depois República.

carenciados, a Santa Casa da Misericórdia deliberou, em 1946, construir um Bairro de renda económica com 10 habitações (SCMA, 2011a).

A população carenciada, cada vez mais numerosa devido aos problemas originados pela 2ª Guerra Mundial, pese embora, Portugal não tenha efectivamente participado por retracção de Salazar, acabaram por ter também as suas consequências, no cenário de uma Europa devastada, encontrando a comunidade arganilense na Santa Casa da Misericórdia o seu único apoio, não apenas no que diz respeito à alimentação⁵⁵, como também à medicação e, claro está, ao apoio médico.

Com fracos recursos⁵⁶, a instituição conseguia, no entanto, marcar presença no meio concelhio e até fixar a população (SCMA, 2011a).

Em finais da década de 60 do século XX, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil também sentiu os efeitos da emigração e da migração, razão pela qual baixou, consideravelmente, o número de “irmãos” chegando a não existir pessoas disponíveis para a integração nos órgãos directivos.

No início da década de 70 do século XX, fruto da alteração verificada ao nível nacional, no referente aos cuidados de saúde, o Hospital Condessa das Canas foi considerado com condições para ser adaptado a Centro de Saúde, cujas obras incidiram em praticamente todo o edifício, com aproveitamento dos baixos, onde funcionava o Asilo (SCMA, 2011a).

6.3 Santa Casa da Misericórdia de Arganil – uma Dinâmica de Intergeracionalidade

A Santa Casa da Misericórdia manifesta-se na sua índole jurídica como entidade do sector cooperativo e social, de direito privado, com sede no concelho de Arganil, abrangida pelo Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro e, por conseguinte, com

⁵⁵ Sopa dos pobres.

⁵⁶ Apenas provenientes das taxas da Feira do Mont'Alto, dos aforamentos, arrendamentos e dos empréstimos financeiros, acessíveis à população em geral.

estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social⁵⁷, e que viu aprovados os seus Estatutos a 12 de Junho de 1647 (SCMA, 2011b), pela mão do rei D. João IV, onde iniciou a sua acção procurando satisfazer as 14 Obras de Misericórdia, promovendo a resolução de problemas sociais do concelho. O seu papel foi consolidado com o contributo de beneméritos⁵⁸, permitindo a criação de respostas e equipamentos sociais.

Se no passado as funções da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, se resumiam ao aspecto meramente sócio caritativo e de assistência religiosa, com a criação do Hospital, que ostenta o nome da benemérita, D.^a Maria Isabel de Melo Freire Bulhões⁵⁹, as suas actividades foram sendo diversificadas e ampliadas em função das exigências decorrentes da evolução económica e social.

Actualmente a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, tem como propósito desenvolver um conjunto de actividades destinadas à promoção do bem-estar na comunidade onde se encontra inserida, de acordo com um espírito de solidariedade e com o respeito pelos valores do humanismo cristão.

A actividade da Misericórdia de Arganil, tem vindo a diversificar-se, acompanhando a evolução das problemáticas sociais e o maior ou menor índice de intervenção do Estado neste campo.

Por força das convulsões e das mudanças operadas na sociedade portuguesa, a instituição avançou e consolidou o seu papel nos campos da designada assistência social, estabelecendo acordos de cooperação com os sucessivos ministérios da área, no âmbito da prestação de um apoio diversificado quer de destinatários, quer de áreas de actuação.

Podemos assim constatar que, a actuação da instituição se tem caracterizado por uma viva e permanente adaptação, não só às necessidades e evolução da sociedade, como também aos modelos de financiamento da acção social em Portugal e às políticas nacionais definidas para as áreas de intervenção nesse âmbito.

⁵⁷ Encontrando-se registada no Livro das Irmandades na folha números 64, sob o número 50/82.

⁵⁸ Entre outros, o casal, Olindina Cruz Pereira e Comendador Cruz Pereira.

⁵⁹ Condessa das Canas.

6.4 Santa Casa da Misericórdia de Arganil – Linhas de Actuação e Impacte no Desenvolvimento Local

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil assume-se como promotor de desenvolvimento local através do fornecimento de um conjunto de serviços de bem-estar à comunidade local.

A área de intervenção primordial da Misericórdia de Arganil foi a saúde, consubstanciada no funcionamento de um hospital local ao serviço da comunidade (SCMA, 2011b). Este projecto viu encerrado os seus desígnios aquando da nacionalização dos serviços hospitalares⁶⁰ e a criação do Serviço Nacional de Saúde, urgindo a necessidade e a oportunidade destas instituições abordarem outras áreas de actuação.

A revolução democrática trouxe um novo Estado, mais preocupado com as questões sociais dos seus cidadãos⁶¹, revelando a possibilidade de celebração de acordos de cooperação na área da segurança social, o que permitiu a estas instituições a criação de infra-estruturas e apoios sociais para a prestação de serviços de apoio a idosos, crianças e/ou pessoas em situação de exclusão social.

O enfoque de actuação destas entidades são as pessoas e não a obtenção de lucro (como no sector privado) ressaltando a capacidade de tratar dos indivíduos contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento local. A Santa Casa da Misericórdia de Arganil apresenta-se neste âmbito como um exemplo de boas práticas e de modernidade no contexto onde se encontra.

Integra nas suas actividades, três complexos de intervenção, direccionados para o serviço à comunidade: o complexo social, o complexo de saúde e o complexo histórico/cultural e desportivo.

⁶⁰ Após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

⁶¹ Estado-Providência.

6.4.1 Complexo Social

O Complexo Social integra um conjunto de respostas sociais e equipamentos, no âmbito da acção social concretizado num conjunto de respostas tendo presente uma dinâmica de intergeracionalidade, prestando serviços a idosos, crianças e famílias, assim como a indivíduos em situação de exclusão social.

As sociedades modernas vivenciam um fenómeno inédito na história da humanidade: o envelhecimento do envelhecimento. De há um século a esta parte, fruto dos avanços na medicina, ganhámos aos desígnios da morte mais de 30 anos⁶². Tal situação ocasiona que cada vez mais, existam pessoas, cada vez mais velhas. Não é invulgar nos dias de hoje encontrar pessoas com mais de cem anos, muitas vezes com notória autonomia.

Pese embora esta incontestável situação, tal facto contribui também para aumentar as fragilidades da vida durante mais tempo, emergindo desta circunstância todo um conjunto de sentimentos experimentados pelas famílias, pelas várias gerações, pela sociedade em geral, questionando-se mesmo as próprias políticas públicas e sociais.

O aumento da longevidade, fazendo parte de um processo de envelhecimento prolongado, traz consigo, inerentemente novas maneiras de envelhecer. Existem actualmente em Portugal equipamentos sociais que vão conseguindo responder a estas necessidades.

A evolução e a modernização destas entidades assentam na prestação de um conjunto de respostas, que permitem aos indivíduos um acesso diferenciado e adequado de serviços às suas necessidades, trabalhando em prol da dignificação humana da população sénior.

Neste âmbito, a Misericórdia de Arganil dispõe de um conjunto de respostas destinadas ao apoio deste segmento da população e às suas necessidades, nomeadamente na vertente Lar⁶³ e o Centro de Dia, assim como a prestação de

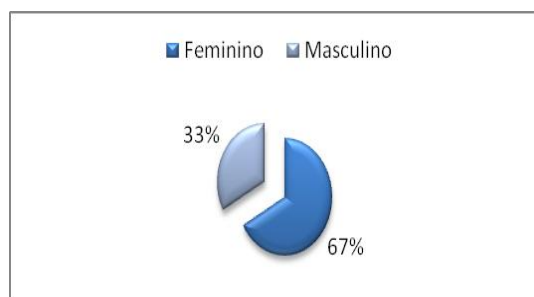
⁶² Aumento da esperança média de vida.

⁶³ Lar Comendador Cruz Pereira.

serviços de acompanhamento baseado no Apoio Domiciliário e a monitorização de idosos independentes através de um sistema de comunicação permanente⁶⁴.

O Lar da Misericórdia de Arganil apresenta um total de 132 utentes, onde cerca de 67% dos residentes são do sexo feminino e 33% do sexo masculino (Gráfico 5).

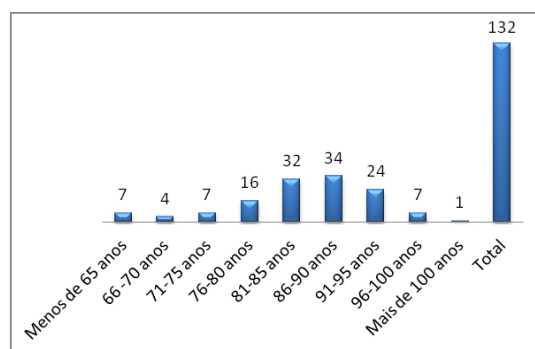
Gráfico 5 – Distribuição dos Idosos em Lar por género



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

A média de idades é de 84 anos (Gráfico 6). Da totalidade dos idosos que se encontram nesta resposta cerca de 60% apresentam um elevado grau de dependência nos cuidados básicos, dado o seu quadro clínico (Gráfico 7 – Anexo II) (SCMA, 2010).

Gráfico 6 – Distribuição dos Idosos em Lar por Faixa Etária



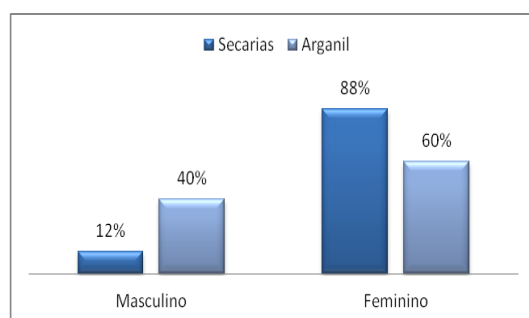
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

⁶⁴ HELP-PHONE - Afecto ao Programa Progride, revestido hoje no formato de Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS.

Os lares de idosos permitem um acompanhamento integrado dos idosos e uma melhoria significativa da qualidade de vida para os indivíduos cujo grau de independência é diminuído⁶⁵.

O Centro de Dia existente subdivide-se em dois pólos distintos (Arganil e freguesia de Secarias), onde são abrangidos 38 idosos com um intervalo de idades entre os 74 e os 78 anos (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Distribuição dos Idosos em Centro de Dia por freguesia e género



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

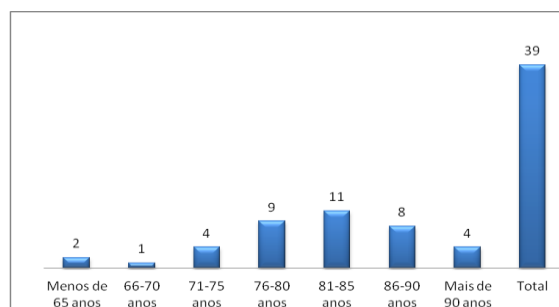
A grande maioria dos utentes abrangidos é do sexo feminino (Gráfico 8). Este serviço é reforçado com o apoio noutras áreas de intervenção, nomeadamente enfermagem, nutricionismo, etc., permitindo um apoio mais abrangente a estas populações (SCMA, 2010).

O Serviço de Apoio Domiciliário presta serviço no domicílio a 39 idosos⁶⁶ na freguesia de Arganil. A média de idades é de 80 anos, sendo há um maior número de indivíduos apoiados do sexo feminino (Gráfico 9

⁶⁵ Cuidados de saúde, higiene, alimentação.

⁶⁶ Serviços de higiene pessoal e habitacional, cuidado de roupas e alimentação.

Gráfico 9 – Distribuição dos Idosos apoiados pelo Serviço Domiciliário por Faixa Etária



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

A permanência mais alargada em contexto familiar é fruto deste tipo de respostas que valorizam a autonomia e independência do idoso (SCMA, 2010).

As respostas da Misericórdia de Arganil para a população sénior da comunidade onde está inserida indicam duas perspectivas. Por um lado, a necessidade de uma resposta mais abrangente para o idoso, relacionado com o seu maior grau de dependência, e serviços disponibilizados, retratado na figura do Lar. Por outro lado, quando se verifica um maior nível de independência, são disponibilizados serviços cujo enquadramento permite o retardar da institucionalização, contribuindo efectivamente para valorização pessoal e a promoção de manutenção de convivência social e conforto no seio familiar, retratados no Centro de Dia e no Serviço Domiciliário.

No apoio às crianças, a Santa Casa da Misericórdia disponibiliza um grupo de serviços cujo intuito é a promoção do desenvolvimento das crianças e o apoio à família enquanto resposta social. No ano de 2010 foram abrangidas 472 crianças nas diferentes respostas, o Centro de Actividades de Tempos Livres, as Actividades de Enriquecimento Curricular e a Componente de Apoio à Família (SCMA,2010).

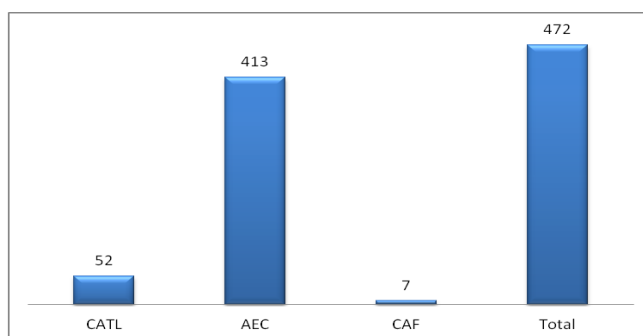
O CATL é uma resposta de apoio às famílias no horário pós-escola e férias, possibilitando ao mesmo tempo a realização de actividades físicas, culturais e ocupacionais das crianças. Foram abrangidas 52 crianças do Ensino Básico (Gráfico 10).

No ano de 2010 verificou-se a existência de um protocolo de cooperação com o Agrupamento de Escolas de Arganil, abrangendo todas as escolas do concelho e correspondendo a um universo de 413 alunos, cobrindo todas as disciplinas preconizadas pelo diploma legal que regulamenta esta componente (Inglês, a Música, a

Educação Física e as Expressões Artísticas), possibilitado pela flexibilização dos horários, cujo intuito é a dinamização de enriquecimento geral e complementar aos programas curriculares (Gráfico 10).

Ainda neste campo de acção de apoio às crianças, a Misericórdia de Arganil criou uma Componente de Apoio à Família, onde 7 crianças beneficiaram de apoio no âmbito da Terapia da Fala (Gráfico 10).

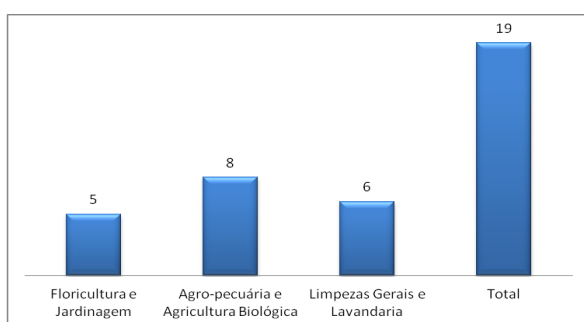
Gráfico 10 – Distribuição das Crianças por Resposta Social



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Também a inserção profissional de um conjunto de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, foi assegurada pela dinamização de Empresas de Inserção, contempladas em três áreas. Na área de “Floricultura e Jardinagem” com 5 postos de trabalho, a empresa de “Agro-Pecuária e Agricultura Biológica”, na qual existem 8 postos de trabalho e a empresa de “Limpezas Gerais Jardins e Lavandaria” à qual estão afectos 6 postos de trabalho, perfazendo um total de 19 lugares (Gráfico 11) (SCMA, 2010) onde se pretende uma reinserção social e profissional mediante a dinamização e produção de bens e serviços, promovendo o combate à pobreza e à exclusão social, permitindo a aquisição de competências pessoais e profissionais aos beneficiários desta medida, assim como a criação de postos de trabalho para a satisfação de necessidades não totalmente asseguradas pelo mercado, promovendo desta forma o desenvolvimento económico e social e ineremente o local.

Gráfico II – Distribuição de colaboradores por Empresa de Inserção



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Importa referir que as “Empresas de Inserção”, resultam de candidaturas apresentadas ao Instituto do Emprego e Formação Profissional. Este programa que se encontra regulamentado pela Portaria nº348-A/98 de 18 de Julho, visa o combate à pobreza e à exclusão social, cujos destinatários, entre vários grupos sociais, são designadamente, públicos desfavorecidos e com dificuldades de integração em mercado normal de trabalho.

Este programa tem na sua lógica de actuação e de funcionamento a prestação de serviços, não só à própria instituição Misericórdia, como também à comunidade, designadamente particulares, empresas ou outras instituições, com as quais são estabelecidos protocolos. Neste último caso, destacamos o protocolo existente com a Fundação Bissaya Barreto (SCMA, 2009).

Importa ainda referir, no âmbito do Complexo Social da Misericórdia de Arganil que é ainda prestado apoio logístico⁶⁷ à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), que actua no concelho de Arganil (SCMA, 2009).

6.4.2 Complexo de Saúde

No âmbito da saúde, englobam-se um conjunto de respostas vocacionadas para a prestação de cuidados nesta área, pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

⁶⁷ E cedência de terrenos para a construção do edifício da instituição.

A instituição apresenta uma Unidade de Cuidados Continuados de Longa e Média Duração e Reabilitação, com 24 camas, com taxas de ocupação no ano transacto de 85% nas diferentes tipologias (SCMA, 2010).

Esta infra-estrutura visa um apoio integrado de saúde e apoio social que incide na recuperação global do doente.

Tendo em vista a recuperação do Hospital Condessa das Canas, onde se encontrava instalado o Centro de Saúde de Arganil, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, realizou um conjunto de diligências que culminaram na apresentação de uma candidatura ao Programa Modelar II, intitulada “Cuidar-Melhor: Remodelação do Hospital Condessa das Canas”, com o objectivo da criação de mais uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com capacidade para 36 camas, 24 das quais afectas à RNCCI-Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, numa lógica de economia de escala, através da racionalização de recursos por meio da partilha. Importa ainda salientar pela sua importância que esta Unidade, possibilitará a criação de mais 25 postos de trabalho (SCMA, 2010).

Na área da saúde, a Misericórdia de Arganil possui uma outra resposta, no âmbito da reabilitação e fisioterapia, que embora não sendo uma estrutura interna da instituição (sociedade participada pela Misericórdia de Arganil), tem contribuído de uma forma decisiva para a prestação de serviços aos utentes da Misericórdia e da comunidade em geral, abrangendo todo o concelho e limítrofes.

A manutenção física dos idosos e a reabilitação, revestem-se de uma importância crucial no retardamento de algumas problemáticas relacionadas com a saúde.

6.4.3 Complexo Histórico/Cultural e Desportivo

No âmbito histórico, cultural e desportivo, a Misericórdia de Arganil revela-se dinamizadora de iniciativas locais, promovendo a preservação das tradições.

Neste contexto, surge a criação e dinamização da Confraria do Bucho de Arganil⁶⁸ (SCMA, 2010) cujo intuito é a promoção da gastronomia local como um dos eixos centrais da identidade concelhia potenciando a zona como atractivo turístico, perspectivando a constituição de um roteiro gastronómico associado a todas as regiões do país.

A criação do “Orfeão Maestro Alves Coelho”⁶⁹ (SCMA, 2010), inserido nas actividades associadas à Academia Condessa das Canas, iniciou a sua actividade em 2010. Conta actualmente com 40 elementos, oriundos não só da Misericórdia de Arganil, mas de toda a comunidade envolvente que acolheu esta estrutura entusiasticamente. Esta iniciativa permitiu a dinamização e utilização do espaço da Igreja da Misericórdia, e levou à remodelação do edifício obsoleto da Antiga Escola do Paço, futura Academia Condessa das Canas⁷⁰, na vila de Arganil.

Na criação da Academia Condessa das Canas⁷¹ (SCMA, 2010) atrás referida, está vivamente patente o simbolismo e tradição que invoca junto dos residentes do concelho de Arganil.

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil preconiza a requalificação e valorização deste património colectivo, através da instalação de um espaço cultural, de matriz inter-geracional e aberto a toda a comunidade, destinado à partilha de saberes, ao acesso ao conhecimento e à divulgação e preservação de tradições, funcionando também como resposta artístico-cultural para os idosos, em prol de um envelhecimento activo.

Interessa também aqui referir, no âmbito da preservação da tradição e da cultura, a realização anual da Feira do Mont’Alto⁷², de grande importância local para a dinamização cultural, da gastronomia e tradições locais⁷³ (SCMA, 2010).

⁶⁸ Criada em 2006.

⁶⁹ Cujas designações são um tributo ao Maestro Alves Coelho, oriundo de Arganil.

⁷⁰ Cujo direito de propriedade foi cedido pela Câmara Municipal de Arganil, por um período de 50 anos.

⁷¹ Tendo como lema “Devolver a Escola à Comunidade”, foi apresentada no ano de 2009, pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil, uma candidatura ao PRODOR, acção 3.2.1

⁷² Cujas titularidades foram doadas pelo Rei D. José à Misericórdia de Arganil.

Ainda nesta linha de análise surge o papel relevante da Misericórdia de Arganil na recuperação da imprensa local. Após a dissolução do jornal “A Comarca de Arganil”⁷⁴, e através da concretização de um conjunto de parcerias, surge a Fundação Memória Beira-Serra – A Comarca de Arganil (SCMA, 2010), permitindo a recuperação do título semanal, promovendo a integração, cidadania e o desenvolvimento local. A Fundação pretende ainda a criação de um Museu da Imprensa Regional e das Comunidades Portuguesas (projecto com dimensão nacional), reunindo uma colecção de Imprensa Regional. A permanência de distribuição de imprensa regional funciona como um elemento de proximidade entre as comunidades, enquanto suporte informativo e publicitário local, promovendo a coesão local.

Ao longo dos anos a instituição tem procurado preservar e melhorar todos os seus espaços envolventes, proporcionando desse modo uma melhor qualidade de vida local.

Destaca-se a recuperação da Mata da Misericórdia⁷⁵ situada na zona central da vila de Arganil, e que visou a reflorestação do espaço, a reabilitação dos meios disponíveis para a utilização dos habitantes e turistas (SCMA, 2010). A manutenção, dinamização e divulgação de espaços verdes reveste-se de grande importância, permitindo a disponibilização de espaços de lazer, bem-estar e conforto, fazendo uma ligação ao espaço rural, contribuindo efectivamente para a melhoria da qualidade de vida das populações. Permite em simultâneo contribuir para uma sustentabilidade ambiental.

No campo de acção lúdico-desportivo surge um conjunto de equipamentos colocados à disposição da comunidade. Sobressai aqui, o equipamento de piscinas descobertas (SCMA, 2010) que preenche uma lacuna municipal deste tipo de infra-estruturas, permitindo a sua utilização pela comunidade, além de proporcionar lazer permite o acesso a aulas de natação e presta apoio a diversas instituições,

⁷³ Realizada a par da FICABEIRA, certame anual promovida pela Câmara Municipal de Arganil.

⁷⁴ Semanário com 111 anos de existência, que à presente data voltou a ser distribuído pelas populações da Beira-Serra.

⁷⁵ Ao abrigo do Programa Operacional Mais Centro.

nomeadamente IPSS, na cedência dos espaços e na disponibilização de técnicos profissionais.

Surge também aqui o Campo Dr. Eduardo Ralha⁷⁶ para a prática de futebol (SCMA, 2010).

Ainda neste sentido destacam-se outros espaços. São eles Teatro Alves Coelho⁷⁷, o Salão Nobre do Lar Comendador Cruz Pereira, o Parque Infantil Eng.º Leitão, o Jardim Condessa das Canas, o Pavilhão do Paço Grande e o recinto polivalente de desporto (SCMA, 2010).

Ainda nesta linha de análise, destaca-se a Presidência do Secretariado Regional de Coimbra, da União das Misericórdias, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Arganil. Pautando a sua acção neste âmbito pela defesa do papel das Misericórdias no apoio às comunidades e enquanto agentes integrantes de desenvolvimento local. O seu desempenho e a atitude proactiva, conduziu à organização do X Congresso das Misericórdias Portuguesas cujo tema “Intergeracionalidade – Passado, Presente e Futuro”, pretendia uma reflexão sobre o papel das Misericórdias Portuguesas na sociedade, e o seu contributo para a manutenção da ligação entre as gerações, especialmente quando o modelo de estado social europeu, atravessa uma crise profunda e quando se levantam questões diversas sobre a capacidade e autonomia das Santas Casas para intervir socialmente.

Realça-se aqui, o impacte positivo e efectivo contributo da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, nas diferentes áreas que desenvolve, transparecendo o seu carácter empreendedor no desenvolvimento local.

Revela capacidade de ajustamento através de um modelo integrado de intervenção cujo foco é a comunidade onde esta inserida, promovendo o bem-estar geral.

⁷⁶ Utilização cedida ao Grupo Desportivo Argus.

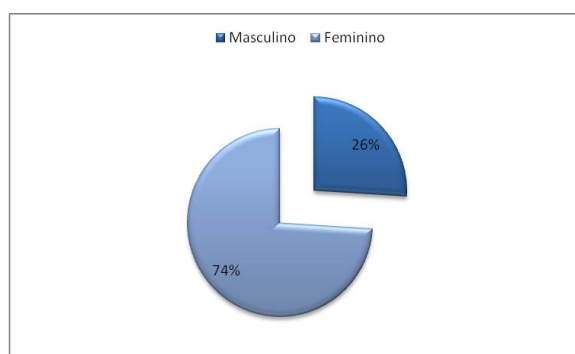
⁷⁷ Cedido à Câmara Municipal de Arganil através de protocolo de exploração.

6.4.4 A Importância do Capital Humano

No desenvolvimento das actividades dinamizadas pela Misericórdia de Arganil, importa ainda referir outros aspectos socioeconómicos. Surge aqui, em destaque, a posse de património inerente à contribuição de beneméritos, que permitiu a criação e dinamização da maioria das respostas sociais da instituição.

Sobressai depois a grande capacidade de empregabilidade da instituição (a par das empresas com maior capacidade de empregabilidade no concelho), contribuindo para a dinâmica económica e social local, no combate ao desemprego e à desertificação das comunidades. A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, possui um total de 161 postos de trabalho, dos quais 138 são do sexo feminino e 24 do sexo masculino o que se traduz em termos percentuais, em 15% homens e 85% mulheres (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Distribuição dos colaboradores por género



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

A aquisição e desenvolvimento de competências dos colaboradores da instituição revela-se da maior importância. Como tal salienta-se aqui também o desenvolvimento de acções de formação e qualificação do pessoal⁷⁸ (SCMA, 2010), capacitando os colaboradores com ferramentas adequados para os constantes desafios do quotidiano. Realçando também como uma mais-valia para a instituição.

⁷⁸ Formação interna e parcerias com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil.

Neste âmbito surge a celebração de Protocolos de Cooperação com diversas entidades de ensino superior⁷⁹, promovendo a dinamização de estudos e estágios na instituição (SCMA, 2010).

Salienta-se ainda, e numa perspectiva futura, alguns investimentos de acordo com o preconizado, cujo objectivo é a prestação de serviços que pretendem colmatar lacunas existentes na comunidade.

Destacam-se dois exemplos, um, na área residencial, “Açor Residence – Saúde e Bem-estar”, cujo objectivo principal é a possibilidade de alojamento para familiares dos utentes distantes, que pretendam o convívio e um acompanhamento de proximidade, a par da prestação de serviços de saúde e bem-estar, abertos à comunidade.

Por outro lado, surge um outro projecto, focalizado na área da saúde com principal enfoque no foro das demências (Alzheimer e Parkinson), que pretende dinamização de uma estrutura que providencie um apoio integrado aos indivíduos.

Evidenciam-se acções cujo enfoque é a continuidade da prestação de serviços de bem-estar, contribuindo em simultâneo para o desenvolvimento, baseado num ideal de sustentabilidade.

⁷⁹ Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, Escola Superior de Saúde de Coimbra.

7. Misericórdias: Que futuro? - Horizontes de Mudança ou Emergência de um novo Paradigma?

“ O capitalismo tem de gerar mecanismos de inovação tecnológica (mas não só) que permitam, de tempos a tempos, produzir rupturas nos velhos sistemas técnico-económicos e que obriguem à substituição do velho capital pelo novo. Durante esses períodos, registam-se desfasamentos temporários, mais ou menos profundos, que provocam rupturas nos tecidos, social, económico e até alterações de mentalidades. Mas há outro tipo de crises (...) típicas de um capitalismo monetário e financeiro, semelhantes à que deu origem ao *crash* de Nova York em 1929, fruto de movimentos especulativos imparáveis” (Brito, 1999).

Independentemente de análises políticas, económicas, ou de outro tipo, a verdade é que os tempos que se vivem e, com a sequente agitação social, podem ser rotulados como a “crónica de uma crise anunciada”, e que foi iniciada nos Estados Unidos da América (por força do crescimento desmesurado dos seus défices), arrastando-se à Europa com consequências cuja perigosidade é, terrivelmente, previsível.

Barack Obama, Presidente dos EUA, na sua intervenção aquando do acto da sua tomada de posse em Janeiro de 2009, afirmou que é preciso “mudar o paradigma”. Referia-se ele a um novo modelo de crescimento, baseado em regras éticas e em valores, que não reflectam só os interesses dos mercados ou do lucro (que obviamente devem ser regulados), mas de um modelo assente numa sociedade em que os indivíduos impõem ideais, assentes no respeito pela dignidade, dos Direitos Humanos, da solidariedade e da justiça social.

A ideia subjacente a esta intervenção é dicotómica dos ideais prevalecentes, fruto do contra vapor dos grandes interesses instalados por parte do conservadorismo republicano e da própria crise mundial já instalada.

Salienta-se, pela sua extrema importância, que a União Europeia tem na sua génese um projecto político comunitário de paz, de solidariedade e de igualdade entre os Estados-Membros, o modelo Social Europeu, que é uma das identidades principais da União. Este projecto, detentor de um enorme potencial, para além de ser um projecto político inovador e avançado, sem paralelo nos nossos dias, continua a

motivar os europeus, pelo que seria um flagício em termos populacionais, a possibilidade da sua desagregação, mercê de interesses individualistas (Soares, 2011).

O momento presente não é apenas um tempo de retracção ou de recessão, é também um tempo de convulsão, face às múltiplas carências que afectam as sociedades.

No caso concreto de Portugal, aquando das últimas celebrações dia 5 de Outubro de 2011, na evocação da implantação do regime republicano, o Presidente da República, Prof. Cavaco Silva, no discurso oficial, afirmou que “acabaram os tempos de ilusões”, prevenindo deste modo para um futuro severamente incerto. Por sua vez, no santuário de Fátima, por ocasião da peregrinação de 13 de Outubro de 2011, o bispo de Leiria e Fátima, D. António Marto, caracterizou a turbulência (e carências) da sociedade como fruto do “turbocapitalismo financeiro” que fustiga o mundo actual.

A estas vozes, representando os poderes políticos e religiosos, poder-se-iam juntar as da sociedade civil, através dos seus mais credenciados representantes e que, descontando os tons panfletários ou contestatários, apontam, de um modo geral, para a inevitabilidade de medidas draconianas que terão como reflexo o aumento da pobreza, nas suas mais diversas facetas...

São muitas as razões apresentadas para explicar o estado de coisas a que chegou, a economia mundial, mas não é difícil perceber que se esgotou o paradigma do ilimitado, seja no que diz respeito ao consumo ou ao crédito, problema agudizado pela ferocidade de uma competição ditada pela globalização. Com tudo isto será possível ao cidadão manter a credibilidade na classe política, diga ela respeito ao nosso país, à União Europeia ou ao mundo?

Os tempos de crise avolumam-se de dia para dia, pelo que se acumulam as interrogações sobre a forma de prestar assistência às classes mais afectadas. No meio de tudo isto, que papel poderão desempenhar as Misericórdias?

Naturalmente que, por si só, essas instituições não poderão responder a todas as solicitações, mas serão, certamente, peças fundamentais em parcerias cujo objectivo seja a luta contra a exclusão social.

Ora, como refere Ruivo (2002), “... um dos reflexos negativos da evolução das sociedades dos nossos dias prende-se com um problema até há pouco tempo remetido para um plano bem menos central e que disputa, hoje, foros de prioridade nas agendas políticas: trata-se do problema da pobreza e da exclusão social.”

Centrando a sua investigação, no que diz respeito ao combate à exclusão social, em torno do Poder Central, cuja actuação considera como modesta, o autor é já mais encomiástico no tocante à “sociedade civil” na qual se inserem as IPPSS.

O mesmo autor adianta ainda que: “A intervenção social é, assim, maioritariamente levada a cabo por uma sociedade civil ‘secundária’ [recorrendo a uma classificação de Boaventura de Sousa Santos], isto é, uma sociedade civil criada ou mantida em parte pelo próprio Estado”.

Este tipo de solidariedade, conjugada com a que Fernando Ruivo (2002) cataloga de “primária” (“... solidariedade entre indivíduos ou grupo de indivíduos no espaço que ocupam em determinado território...”) sustenta as redes sociais, cuja força é fundamental no caso de emergências sociais. E acrescenta: “Não deixa de ser interessante, observar a este propósito, até que ponto tais intervenções locais alicerçadas em solidariedades primárias e em rede, regressam novamente aos territórios mais pequenos e aos espaços onde decorrem tais solidariedades, aí se focalizando”.

As IPSS, com realce para as misericórdias, fazem assim parte fundamental da satisfação das necessidades dos indivíduos no local, e na promoção do bem-estar dos mesmos. Partindo do princípio que nenhum Estado assume isolado essa missão, sobressai aqui uma parceria entre o Estado e a sociedade civil na prestação de serviços neste âmbito.

Se no passado existia uma singular “sociedade providência”. Desde o nascimento até à morte, todos desempenhavam tarefas na família e no sistema de produção então vigente e cada um encontrava no seio familiar, nas relações de parentesco e na comunidade envolvente aquilo de que necessitava para a sua subsistência, pese embora em situação generalizada de privação relativa. Estamos a referir-nos a uma relação de proximidade de vizinhança e de solidariedades, cúmplices, assim como de uma forma de dádiva, e de abnegação exemplares.

Esta sociedade-providência dispunha também de um factor muito importante e raro nos dias de hoje, a abundância de tempo. Havia tempo para cuidar das crianças, dos diminuídos, dos doentes e dos idosos.

Essa era terminou, parece já pertencer a um passado longínquo. Hoje, em pleno século XXI, no mundo globalizado, onde todos temos o nosso lugar próprio na sociedade do trabalho, não dispomos de tempo. São inquestionavelmente os custos sociais do desenvolvimento.

A situação alterou-se profundamente com a passagem à sociedade industrial. Operou-se a separação entre o local de habitação e de trabalho, a mobilidade geográfica tornou-se regra, a família foi assim perdendo a sua dimensão ancestral reduzindo-se a uma família nuclear e os liames sociais e familiares, foram-se progressivamente diluindo.

Também o individualismo accionado pela modernidade originou a emergência de um individualismo possessivo. Só mesmo nos meios rurais subsistem ainda iniciativas de entreajuda activas que amortecem a carência, o desconforto e a solidão.

Urge instituir ou reinventar uma nova sociedade providência que não permita colocar os pobres e os excluídos numa situação de diminuição.

Sublinhando a gravidade e a actualidade do problema, sobressaem instituições existentes no território que têm a capacidade de intervir e fomentar o bem-estar colectivo, onde o Estado assume a função de coordenar, fiscalizar e regular o processo.

Afigura-se-nos, deste modo, imperioso e necessário que organizações da sociedade civil, e nomeadamente as Misericórdias sejam chamadas a reforçar as funções que têm vindo a desempenhar, dos novos modelos familiares, da crise, económica e financeira, do envelhecimento das populações e do aumento da esperança média de vida, do despovoamento dos meios rurais, da generalização do trabalho feminino e da quebra da fecundidade, dos percursos individuais no mercado de trabalho, a desigualdade entre géneros e a emergência de novas formas de pobreza.

O desenvolvimento social, exige o combate à exclusão social. As práticas e as políticas sociais de cunho essencialmente reparador, pois procuram reparar e

compensar os efeitos sociais das dinâmicas económicas, são instrumentos decisivos nesse combate.

Inquestionavelmente, estamos perante a emergência de um novo paradigma no que concerne a Assistência Social em Portugal, de onde se destaca o papel das Misericórdias.

Se na Idade Média, o modelo implementado, de auxílio aos mais carenciados, emanado da sociedade civil e posteriormente reforçado pelo poder régio, mas fortemente sustentado na pura dávida, na solidariedade genuína, no voluntariado e porque não também afirmar, num associativismo embrionário, e assente também no altruísmo de algumas famílias abastadas, e nos legados que deixavam às obras de caridade, funcionou, e evoluiu, será efectivamente pertinente repensar este modelo e fomentar de novo estes valores e conceitos que serviram de base e de alavanca no passado e que poderão continuar a desempenhar um papel importante nos dias de hoje.

Assistimos na década de 70 do século XX, a grandes mudanças no campo do social, nomeadamente com o surgimento do Serviço Nacional de Saúde. E agora, presentemente, que mudanças se estão a operar e que percepção temos dessas mesmas mudanças. Que soluções preconizamos?

Como se irão processar as transformações impostas pelas circunstâncias, se o Estado-Providência restringir a prodigalidade de subsídios como tem vindo a acontecer?

É óbvio que é forçoso pôr em prática grandes doses de imaginação e de dedicação, através de minorias criativas e esclarecidas, para encontrar as soluções possíveis e urgentes, em termos de novos modelos de sustentabilidade.

Se por um lado, constatamos que, os recursos existentes nomeadamente por parte do Estado, são notoriamente insuficientes (podendo revestir-se eventualmente de um carácter contingencial no futuro), para fazer face às solicitações das problemáticas actuais, teremos forçosamente de repensar, quanto antes, modelos de sustentabilidade e de financiamento com vista à criação de fontes de receitas “sociais”, quer no referente a um modelo interno de sustentabilidade própria, no seio das

instituições, designadamente donativos de beneméritos, e se falarmos de património físico, desenvolver práticas de gestão conducentes à sua rentabilização e rendibilização.

Urge implementar nas instituições, serviços à comunidade geradoras de retorno financeiro. Já referimos e demos exemplos de “Empresas de Inserção”, aquando do exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Arganil. Medidas promovidas pelas organizações do sector cooperativo e social, e que detêm uma lógica de actuação baseada numa vertente de prestação de serviços à comunidade, cujo intuito é o retorno económico-financeiro enquanto garante de sustentabilidade, na forma de respostas capazes de actuar socialmente garantindo o fornecimento interno da organização, assim como eventualmente externo e virado para a comunidade, a exemplo das Farmácias Sociais, entre outros.

Surge também a possibilidade de aposta no Turismo Social e no Turismo Religioso, aproveitando o património natural e cultural do contexto envolvente.

A economia solidária tem actualmente um enorme campo aberto, que deve ser explorado em termos das suas potencialidades, sejam quais forem as suas áreas de actuação imediata, a médio e longo prazo, funcionando como um contributo importante para o revigoramento da vida local, cabendo às instituições através de um modelo de cooperação, a capacidade de sustentar os desígnios pelas quais foram fundadas, promovendo continuamente, a capacidade de se reinventarem, face à mudança de paradigma.

REFLEXÕES FINAIS

No seguimento do presente trabalho podemos afirmar que, as organizações que surgem da manifestação da sociedade civil assumem cada vez mais uma postura proactiva perante as suas comunidades e encontram-se mais atentas às questões sociais, aos acontecimentos políticos e culturais e aos factos económicos mundiais, ou não nos encontrássemos num espaço global. Pelo que, o planeamento de políticas sociais capazes de responder aos novos desafios e exigências adquirem uma expressão cada vez maior não somente como uma preocupação do momento presente, mas mais importante ainda, como um investimento a considerar e a transmitir às gerações vindouras.

A cooperação entre o Estado e as instituições assenta num compromisso de parceria, traduzido na partilha de objectivos e interesses comuns, mas também de obrigações e responsabilidades que visam a promoção da equidade e justiça sociais, procurando constantemente mais e melhores benefícios para as populações.

O modelo de cooperação actualmente em vigor prevê que as instituições complementem as responsabilidades do Estado na protecção social dos cidadãos, acompanhando as alterações demográficas e sociais que surgem. Reforça-se aqui a mútua dependência existente, onde embora se percepcione um declínio acentuado da protecção social por parte do Estado, não podemos afirmar que existe apenas esta visão. É por outro lado visível, uma também dependência das organizações que emanam da sociedade civil para com o Estado no que respeita à sua sustentabilidade.

É imperativo que as instituições fortaleçam cada vez mais os seus serviços numa lógica de responsabilidade social, e que os mesmos se pautem por critérios de qualidade que correspondam às expectativas de quem os procura. Não podemos esquecer que se espera que este sector seja cada vez mais eficiente, proficiente e exigente na prestação dos seus serviços, o que inerentemente obriga os responsáveis do seu acompanhamento e funcionamento a pautarem-se pelo mesmo registo.

Nesta lógica, e num compromisso de cooperação responsável e transparente, é imperativo reforçar a relação entre o Estado e as instituições, envolvendo-as cada vez

mais num processo de melhoria contínua e capacitando-as obrigatoriamente no sentido de responderem não apenas em quantidade, mas particularmente em termos de qualidade e de diversidade, a todos os cidadãos, designadamente àqueles que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade social.

Dados recentes do INE (INE, 2011b) revelam que sem o apoio social estatal a proporção da população em risco de pobreza teria aumentado, valores relativos a 2009. A importância inegável destas políticas não relativiza, o lugar de instrumentos mais activos de integração nomeadamente dos indivíduos em risco de exclusão social.

Muito caminho há ainda a percorrer, são realidades e desafios que se nos colocam colectivamente. Mais do que a velhice, a carência ou a exclusão social, é a dependência que verdadeiramente nos preocupa a todos, e para a qual temos de trabalhar no sentido de encontrar as melhores soluções, garantindo qualidade de vida àqueles que se encontram numa situação de fragilidade, mas que simultaneamente reforcem a dimensão e o envolvimento da comunidade onde estão inseridos, que não pode ser alheada deste processo.

A conciliação social assume especial enfoque no contexto da igualdade de oportunidades e das transformações demográficas. Também o aumento da longevidade é concomitante a um conjunto de problemas associados ao envelhecimento da população, e ao aumento das crescentes necessidades de serviços de apoio.

Verificamos, que a conciliação assume um enfoque mais vasto ao englobar várias situações de dependência⁸⁰. Constatamos também que as políticas de conciliação acabam por enfatizar, quase sempre, a primeira fase do ciclo de vida, a infância, descurando efectivamente o último ciclo, ou seja, o envelhecimento, apesar dos recentes desenvolvimentos das políticas sociais irem no sentido de privilegiar a permanência da pessoa idosa na comunidade, através da criação de mais serviços de apoio, esta tendência reforça cada vez mais a responsabilidade das famílias para a prestação de cuidados, situação que tende a acentuar-se no futuro, na medida em que é cada vez menor o número de filhos por família, a coabitação física entre gerações é

⁸⁰ A título de exemplo, as Pessoas com Deficiência ou Incapacidades.

um fenómeno menos frequente e a participação das mulheres no mercado de trabalho é cada vez maior.

Todos estes factores irão condicionar progressivamente a capacidade de resposta das famílias aos seus idosos, mas também a outros grupos sociais com necessidades acrescidas de apoio no seu quotidiano.

Comemorámos no ano passado (2010), o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, tendo o desenvolvimento deste tema alertado para o flagelo da pobreza e da exclusão, identificando as causas, apontando caminhos, soluções e alternativas. Decorre no presente ano de 2011, o Ano Europeu do Voluntariado, que expressa mais uma oportunidade de acção de intervenção de participação de uma forma que se exige mais proactiva.

Podemos constatar que todas estas preocupações também são intrínsecas ao próprio funcionamento do Estado e, em particular, da Segurança Social. Os últimos anos testemunham o investimento, considerável, levado a cabo pela Segurança Social no sentido de melhorar a sua intervenção assumindo claramente a responsabilidade de garantir mais e melhores respostas.

As actuais medidas de austeridade implementadas impõem ajustamentos salariais e cortes nos benefícios e apoios sociais; impactes económicos, com o fim de benefícios fiscais e o aumento de impostos criando dificuldades ao investimento e descida galopante no consumo, com consequente perda de mercado interno e externo e aumento do desemprego; o desinvestimento na cultura; cortes na saúde, energia e educação. Factores que levam a um agravamento do nível de vida das famílias, e um aumento das desigualdades sociais em Portugal.

Procurando sintetizar e evidenciar os enfoques principais que foram explanados no decurso deste trabalho, podemos afirmar, que se percepção no nosso país uma crescente dificuldade em assegurar a necessária sustentabilidade do actual modelo de Estado “Providência”, tendo em conta, muito particularmente, a evolução demográfica e os efeitos desta no tecido produtivo da sociedade e, consequentemente, nos efeitos sobre o sistema de protecção social que assenta no princípio da solidariedade intergeracional.

Também, de outro ponto de vista a grande distinção entre a Economia Social de outro qualquer modelo de economia existente na sociedade, é a de que as organizações que actuam neste campo têm o seu enfoque na pessoa humana, ou seja, servem as pessoas numa óptica não lucrativa, sendo por isso o seu capital de base as pessoas.

Não se quer com isto dizer que as organizações da Economia Social não têm preocupações com a sua sustentabilidade, antes pelo contrário, esta é indispensável para bem servir as pessoas, mas são estas pessoas que se tornam o centro do investimento dos recursos financeiros disponíveis.

Podemos também afirmar, que as organizações que operam no campo da Economia Social, ou do também designado Sector Cooperativo e Social, assentam em três ideias fundamentais: 1) Forma de constituição destas Instituições; 2) Modelo de gestão/governança das mesmas; 3) Missão que assumem.

Em relação à forma de constituição, podemos dizer que a grande marca identitária destas organizações assenta na sua própria génese. Neste caso, falamos de instituições que emanam da Sociedade Civil, independentemente do seu reconhecimento pelo Estado e, ou, pela Igreja, quando tal se aplica. São pois, instituições que resultam de uma manifestação da iniciativa dos cidadãos e, nos dias que correm, uma manifestação do exercício da cidadania, cujo propósito é servir pessoas. E este é o seu principal valor.

Quanto à segunda ideia, à gestão/governança das mesmas, as Instituições do Sector Cooperativo e Social são marcadas pela autonomia, traduzida na forma como se governam, organizam e funcionam. Esta autonomia é ela própria reconhecida pela Lei Fundamental do Estado Português, separando-se o papel do Estado, enquanto entidade reguladora, tutelar e mesmo fiscalizadora, dentro do quadro legal existente, e o papel de cada uma destas organizações que é soberana na escolha dos seus órgãos, na definição das suas estratégias e na gestão das suas opções para melhor prosseguir os seus fins.

Por último, no que concerne à Missão, esta centra-se claramente na pessoa, bem como na comunidade em que se insere.

Pensar em organizações do sector cooperativo e social é pensar em Instituições cuja missão é servir as pessoas e a comunidade, prestando serviços capazes de suprir as necessidades que estiveram na génese da respectiva constituição e actuando como agentes de desenvolvimento local.

No que concerne ao exemplo aqui plasmado, da Santa Casa da Misericórdia de Arganil à semelhança de tantas outras, é hoje, sem dúvida alguma, uma organização da economia social, mas sempre o foi, porque nunca assumiu um papel de exercício de mera caridade, outrossim, um papel de promoção do desenvolvimento local, através do fornecimento de um conjunto de serviços à comunidade onde está inserida.

Este será, sem dúvida alguma, um dos motivos para a longevidade das Santas Casas da Misericórdia, que têm hoje mais de 500 anos.

A Misericórdia de Arganil, fundada em 1647, deu início à sua acção procurando satisfazer as 14 Obras de Misericórdia, sete espirituais e sete corporais. Sendo que, a satisfação destas necessidades, que dão à Instituição um cunho Cristão, não foi feita sem o estabelecimento de uma estrutura formal e organizada, onde a preocupação em obter recursos para a sua acção também esteve presente.

Actualmente, a Misericórdia de Arganil é o terceiro empregador do concelho, apoiando diariamente, nas diversas respostas sociais mais de 700 utentes.

Sendo que 90% dos seus colaboradores se encontram com um vínculo laboral estável, assumindo uma estratégia de investimento vocacionado para as necessidades locais, facto que lhe tem permitido contribuir para a criação de postos de trabalho, fixando jovens quadros especializados no interior do País.

Mantém, simultaneamente, uma política de estímulo às parcerias, tendo hoje protocolos de cooperação com o IEFP, as Universidades de Coimbra, Aveiro e diversas estruturas públicas, quer da área da saúde e quer da Segurança Social, sem esquecer as parcerias com instituições e associações locais.

Defende um modelo integrado de intervenção, promotor da preservação da dignidade humana, mas que seja capaz de se ajustar às necessidades e aos recursos disponíveis.

É nosso entendimento que, as Misericórdias não podem apenas ter um carácter caritativo. As Misericórdias têm que assumir a sua capacidade de gerar recursos, procurando modelos de sustentabilidade que, possibilitem a prestação de serviços adequados às populações, privilegiando nessa lógica aqueles que mais precisam.

É por isso que a Economia Social onde nos movimentamos, é hoje cada vez mais importante, não sendo nenhuma área obscura do discurso económico, tendo pelo contrário uma identidade própria que precisa de ser preservada e acautelada, especialmente quando, em situações de crise, é a única que assegura, de modo solidário, muitos dos apoios indispensáveis à manutenção da harmonia e coesão social.

Reflectindo novamente sobre o conceito de Economia Social, e de acordo com Rui Namorado (2004) podemos considerar que a Economia Social exprime em si mesmo, e na actualidade, uma constelação de esperanças. Afirmando mesmo este investigador que a esperança, é um dos seus verdadeiros princípios motores.

Efectivamente, a objectividade subjacente à acção/missão destas instituições não as inibe de projectar um futuro que se deseja melhor. A Economia Social encerra em si própria uma expectativa permanente, pois em adaptação e amadurecimento constante, expressa efectivamente uma esperança, uma alternativa, que se reinventa permanentemente face à vertiginosa mudança do mundo à nossa volta, buscando a sua razão de existir em factos e problemas reais e concretos, funcionando assim, incontornavelmente, como uma forte esperança, ou como uma constelação de múltiplas esperanças, fomentando mesmo, uma nova conjugação de potencialidades em torno dos movimentos sociais que animam as organizações da economia social, assim como, e não menos importante do próprio desenvolvimento local.

O Papa João Paulo II chamou às Misericórdias “A Civilização do Amor”, quando se dirigiu às Santas Casas na I Convenção Mundial, em Florença, em Novembro de 1992, de onde surgiria a criação da União Europeia das Misericórdias.

Vivencia-se no presente, uma pobreza multidimensional, destacando-se hodiernamente a pobreza envergonhada, mais difícil de detectar e de assistir, pois surge inesperadamente em classes antes economicamente sustentáveis. As instituições fundadas numa base social estão preparadas ou devem preparar-se para responder com iniciativas adequadas às solicitações da sociedade e às dificuldades de um mundo

em permanente evolução serão estes, socialmente, os desafios marcantes do século XXI,

Este trabalho centrou-se na “Importância das Misericórdias no contexto do século XXI. Apresentámos o caso da Misericórdia de Arganil, e pelo plasmado, estamos convictos que encontrámos um ilustre exemplo em termos de boas práticas e de modernidade, funcionando esta instituição como um importante agente de Desenvolvimento Local, dado o impacto positivo que coloca na comunidade onde está inserida.

Na introdução deste trabalho deixámos em aberto a questão. “Qual será a efectiva expressão das catorze obras de Misericórdia nos dias de hoje? ”. Cremos, implícita e notoriamente haver respondido a esta questão. Pois, hoje, em pleno século XXI, nenhum tempo da história pareceu tão aliciante como o nosso tempo, em que há tanto para fazer, dentro das novas formas de pobreza e a acentuação das desigualdades, evidenciando a actualidade das Obras de Misericórdia, e realçando a necessidade constante de adaptação às demandas do ‘novo mundo’ que se apresenta numa evolução e alteração contínua.

Na sua generalidade, salienta-se o impacte positivo das Misericórdias nas comunidades onde estão inseridas, pelo trabalho que prestam à comunidade e pelos equipamentos sociais que possuem, pois abrindo-se ao exterior e às tutelas, tornam as relações mais próximas e dialogantes, permitindo, dentro de uma metodologia bilateral analítica e crítica, corrigir ou melhorar a qualidade dos serviços prestados, numa base de solidariedade e de confiança mútua.

Citando o Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias, Dr. Manuel de Lemos, por altura do X Congresso das Misericórdias Portuguesas cujo encerramento, conforme já referido, ocorreu na Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em 18 de Junho de 2011:

“As Misericórdias Portuguesas sobreviveram, ao longo de mais de quinhentos anos, porque sempre souberam preparar o futuro. Estão a fazê-lo agora como o fizeram, em 1498. Orgulhamo-nos do nosso passado, mas vivemos no presente a preparar o futuro. Por isso somos cruciais e somos inovadores”.

Posto isto, impõe-se uma transversalidade temporal, sendo que aos tempos primordiais da fundação da assistência em Portugal, que teve lugar no último quartel do século XV, com a actuação da Rainha D.^a Leonor, detentora de uma notória generosidade, de sentido de modernidade, enfim, de uma visão e de um pioneirismo, invulgares para a época. Preocupações que ainda hoje permanecem, embora em escalas e espaços distintos.

Efectivamente, o Mundo evoluiu. Vivemos hoje num mundo global, cada vez mais impessoal, competitivo e prenhe de injustiças sociais. A instabilidade e o espectro do desemprego grassam e minam as sociedades e as famílias.

Do passado surge um estímulo para nos reinventarmos, para cada vez mais vivermos o presente e programarmos o futuro, tendo sempre em vista a prática e a devida adequação das obras de misericórdia, que, paradoxalmente e volvidos mais de quinhentos anos, ecoam presentemente na nossa alma com uma acutilância e actualidade angustiantes e avassaladoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, Rogério R. (1993) “As Novas Oportunidades de Desenvolvimento Local”, in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, 8, Faro. *In Loco*, pp. 16-22. Página consultada a 15 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.in-loco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=96>

Amaro, Rogério R. (1998) “O Desenvolvimento Local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro” in *A Rede Para o Desenvolvimento Local*, Edição Especial. Página visualizada a 15 de Agosto de 2011. Disponível em <http://www.inloco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=print&ceid=96>

Anacleto, Regina (1996), *Arganil*, Lisboa: Editorial Presença.

Antunes, Margarida (2008) “Novos empregos, novos pobres, trabalhadores pobres: uma visão económica”. *Colóquio Cooperativismo e Economia Social: Olhares Cruzados*. Centro de Estudos Cooperativos, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Página consultado a 30 de Agosto de 2011. Disponível em <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/ma>

Askenazy, Phillipe et al (2011) *Manifesto dos Economistas Aterrados – Crise e Dívida na Europa. 10 Falsas Evidências, 22 Medidas para Sair da Crise*. Lisboa: Actual Editora.

Brito, José Maria B. B. (1999) “O crescimento assimétrico da riqueza é o grande desafio da Humanidade”. *Revista História*, 18.

CLAS (2002) “Rede Social: Pré-diagnóstico”. Página consultada a 20 de Julho de 2011. Disponível em: http://195.245.197.216/CLAS/Todos/DOCS_enviados/601/1.%20Pr%E9-Diagn%F3stico/1.%20Pr%E9-Diagn%F3stico.pdf

CMA (2011) “Concelho de Arganil”. Câmara Municipal de Arganil. Página Consultada a 10 de Julho de 2011. Disponível em <http://www.cm-arganil.pt/concelho-de-arganil.html>

Correia, Fernando da Silva (1999), *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Esping-Andersen, Gosta (1991) “As três economias políticas do Welfare State”, *Lua Nova*. São Paulo, 24, pp. 86-116. Página consultada a 3 de Agosto de 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200006&script=sci_arttext

Estanque, Elísio (2005) “Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral, e novas desigualdades sociais”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 113-140

Ferreira, Sílvia (2000) “As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social”. *IV Congresso Português de Sociologia*. Página consultada a 20 de Junho de 2011. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/529_Acta033.pdf

Ferreira, Sílvia (2008) “A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto de novas formas de governação”. *Ciências Sociais Unisinos*, 44, pp. 1-11.

Página consultada a 15 de Junho de 2011. Disponível em <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/sf1>

Fragoso, António (2005) “Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas”. *Revista Lusófona da Educação*, 5, pp. 63-83. Página consultada a 1 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a04.pdf>

Goodolphim, Costa (1998), *As Misericórdias*. Lisboa: Livros Horizonte.

Hespanha, Pedro (1996) “Globalização, crise social e conflitualidade”. *Oficina do CES*, 79, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Página consultada a 10 de Julho de 2011. Disponível em:

<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2625>

INE (2011a) “Estatística Territoriais”. Instituto Nacional de Estatística. Página consultada a 20 de Julho de 2011. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3~

INE (2011b) “Despesas da protecção social”. Instituto Nacional de Estatística. Página consultada a 30 de Agosto de 2011. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_princindic

Leirião, José (2004), “A economia social”. *Solidariedade: Mensário da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade*. Página consultada a 25 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.solidariedade.pt/sartigo/index.php?x=40>

Mozzicafreddo, Juan (1992), “O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, pp. 57-89. Página consultada a 3 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/1078>

Pereirinha, José A. e Carolo, Daniel F. (2006), “Construção do Estado-Providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935-1974): notas sobre a evolução da despesa social”. CISEP/ISEG. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~depeco/wp/wp302006.pdf>

Rodrigues, Eduardo Vítor (2000), “O Estado-Providência e os processos de exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português”, 173-200. Página consultada a 1 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1477.pdf>

Rodrigues, Carlos Farinha (2011), “Desigualdades”. *Visão*, 977, pp.35.

Ruivo, Fernando (2002) *Poder Local e Exclusão Social - Dois Estudos de Caso de Organização Local da Luta Contra a Pobreza*. Coimbra, Quarteto.

Sá, Isabel dos Guimarães e Lopes, Maria Antónia (2008), *História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498-2000*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Santos, Boaventura S. (1990) “O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna- Para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30, pp.13-43.

Santos, Boaventura S. (2005) “As tensões da modernidade”. *Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea – UFRJ*. Página consultada a 21 de Julho de 2011. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/pacc/z/ensaio/boaventura.htm>

Santos, Boaventura S. (2006) “Globalizations” in *Theory, Culture and Society*, The TCS Centre, Nottingham Trent University. Página consultada a 5 de Julho de 2011. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2-3/393>

Santos, Boaventura S. (2011) *Portugal – Ensaio Contra a AutoFlagelação*. Coimbra, Edições Almedina.

SCMA (2009) “Relatório de Actividades e Contas - 2009”. Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

SCMA (2010) “Relatório de Actividades e Contas - 2010”. Santa Casa da Misericórdia de Arganil

SCMA (2011a), *Actas das Reuniões da Mesa Administrativa*. Santa Casa da Misericórdia de Arganil

SCMA (2011b) “Breve Resenha Histórica da Santa Casa da Misericórdia de Arganil”. Santa Casa da Misericórdia de Arganil. Página consultada a 20 de Julho de 2011. Disponível em <http://www.scmarganil.pt/>

Seabra, Teresa (2009), “Desigualdades escolares e desigualdades sociais”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 59. pp.75-106. Página consultada a 3 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a05.pdf>

Silva, Manuela (2008) “A economia social – um caminho para vencer a pobreza?” *Colóquio Cooperativismo e Economia Social: Olhares Cruzados*. Centro de Estudos Cooperativos, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/ms>

Silva, Marconi (2005), “Breves considerações sobre o Estado-Providência keynesiano e a Filosofia Social em Keynes”. *Interface*, Rio de Janeiro volume 2, 1, pp 9-17. Página consultada a 3 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/interface/article/view/178/158>

Silva, Pedro Adão (2002) “O modelo de welfare da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 38, pp. 25-29. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000100004&lng=pt&nrm=iso

Soares, Mário (2011) *No Centro do Furacão – Reflexões sobre a Europa e Portugal em Tempos de Mudança*. Carnaxide, Editora Objectiva.

Tomazi, Nelson Dácio (1993), “As Classes Sociais e a Desigualdades”. Iniciação a Sociologia. SP. Página consultada a 3 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/sociologia/desigualdades-sociais-e-as-classes>

UN (2011) “The Global Social Crisis – Report on the World Social Situation 2011”. Department of Economic and Social Affairs, United Nations, New York. Página consultada a 12 de Julho de 2011. Disponível em <http://social.un.org/index/LinkClick.aspx?fileticket=v0LQqd2FT3k%3D&tabid=1561>

ANEXO I



CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

COMPROMISSO

A situação de grave crise social e de valores em que se encontra a sociedade portuguesa recomenda que se reforce mais a articulação entre a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), de forma que o vínculo de comunhão entre os Bispos Diocesanos e as Irmandades das Santas Casas da Misericórdia da respectiva diocese seja favorecido para que, em clima de grande colaboração, todos possam desenvolver a respectiva actividade pastoral e social em espírito de união. Com efeito, o carácter peculiar de que se revestiram as Santas Casas da Misericórdia ao longo da sua penta-secular história solicita um regime especial que os Bispos diocesanos reconhecem nos actuais Estatutos (Compromissos) e naqueles que, actualizados, poderão vir a ser aprovados e que respeitarão os termos e o espírito que presidem ao presente Decreto Geral Interpretativo.

Considerando que a aprovação pela Conferência Episcopal Portuguesa em 23 de Abril de 2009 do Decreto Geral para as Misericórdias Portuguesas possibilitou um debate profundo e transparente sobre as relações entre as Irmandades das Santas Casas da Misericórdia e os Bispos diocesanos, que permitiu um conhecimento mais evidente do papel das Irmandades da Misericórdia na sociedade portuguesa;

Considerando que o resultado alcançado, em que se estabelecem os mecanismos e procedimentos adequados, resulta do processo e vontade de coordenação e de consultas entre a CEP e a UMP;

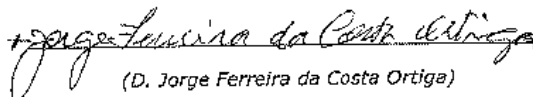
Considerando que desse trabalho em comunhão resultou a conveniência de esclarecer e explicar inteiramente as dúvidas surgidas com a publicação do Decreto Geral para as Misericórdias, importa assim, e em consequência, promulgar um Decreto Geral Interpretativo adaptado à realidade actual e aprovado por todos e cada um dos Bispos diocesanos;

Considerando, por último, que este Decreto Geral Interpretativo, nos termos do Código de Direito Canónico, tem como objectivo consagrar a eclesialidade, a história e a autonomia das Misericórdias e como fundamento incrementar um maior espírito de unidade e cooperação eclesial em tempos conturbados da sociedade portuguesa, e que o serviço aos pobres e necessitados exige uma união efectiva na vivência das catorze Obras de Misericórdia, em espírito de diálogo e de colaboração, desenvolvido de modo permanente e estável, de cada Misericórdia com o seu Bispo, e entre a CEP, com os seus órgãos, e a UMP, por via de uma avaliação anual e resolução de eventuais dúvidas.

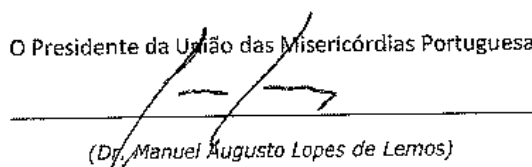
Tudo visto e ponderado, a Conferência Episcopal Portuguesa e a União das Misericórdias Portuguesas firmam o Compromisso consubstanciado no Decreto Geral Interpretativo que se anexa e que será promulgado pela Conferência Episcopal Portuguesa.

Dado em Fátima, no dia 2 de Maio de 2011

O Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa


(D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga)

O Presidente da União das Misericórdias Portuguesas


(Dr. Manuel Augusto Lopes de Lemos)



CONFERÊNCIA
EPISCOPAL
PORTUGUESA

DECRETO GERAL INTERPRETATIVO


A situação de grave crise social e de valores em que se encontra a sociedade portuguesa recomenda que se reforce mais a articulação entre a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), de forma que o vínculo de comunhão entre os Bispos Diocesanos e as Irmandades das Santas Casas da Misericórdia da respectiva diocese seja favorecido para que, em clima de grande colaboração, todos possam desenvolver a respectiva actividade pastoral e social em espírito de união. Com efeito, o carácter peculiar de que se revestiram as Santas Casas da Misericórdia ao longo da sua penta-secular história solicita um regime especial que os Bispos diocesanos reconhecem nos actuais Estatutos (Compromissos) e naqueles que, actualizados, poderão vir a ser aprovados e que respeitarão os termos e o espírito que presidem ao presente Decreto Geral Interpretativo.

Considerando que a aprovação pela Conferência Episcopal Portuguesa em 23 de Abril de 2009 do Decreto Geral para as Misericórdias Portuguesas possibilitou um debate profundo e transparente sobre as relações entre as Irmandades das Santas Casas da Misericórdia e os Bispos diocesanos, que permitiu um conhecimento mais evidente do papel das Irmandades da Misericórdia na sociedade portuguesa;

Considerando que o resultado alcançado, em que se estabelecem os mecanismos e procedimentos adequados, resulta do processo e vontade de coordenação e de consultas entre a CEP e a UMP;

Considerando que desse trabalho em comunhão resultou a conveniência de esclarecer e explicar inteiramente as dúvidas surgidas com a publicação do Decreto Geral para as Misericórdias, importa assim, e em consequência, promulgar um Decreto Geral Interpretativo adaptado à realidade actual e aprovado por todos e cada um dos Bispos diocesanos;

Considerando, por último, que este Decreto Geral Interpretativo, nos termos do Código de Direito Canónico, tem como objectivo consagrar a eclesialidade, a história e a autonomia das Misericórdias e como fundamento incrementar um maior espírito de unidade e cooperação eclesial em tempos conturbados da sociedade portuguesa, e que o serviço aos pobres e necessitados exige uma união efectiva na vivência das catorze Obras de Misericórdia, em espírito de diálogo e de colaboração, desenvolvido de modo permanente e estável, de cada Misericórdia com o seu Bispo, e entre a CEP, com os seus órgãos, e a UMP, por via de uma avaliação anual e resolução de eventuais dúvidas.



Tudo visto e ponderado, a Conferência Episcopal Portuguesa promulga o presente Decreto Geral Interpretativo, que se regerá pelos artigos seguintes:

Artigo 1º

(Natureza Jurídica)

As Misericórdias Portuguesas, enquanto Irmandades erectas para exercerem a caridade, sobretudo através das catorze Obras de Misericórdia, em nome do povo cristão e da autoridade eclesiástica que lhes reconhece erecção canónica e lhes permite o exercício do culto em igrejas próprias e com capelães para tal designados, assumem a sua natureza de associações de fiéis previstas no cân. 298 do Código de Direito Canónico, nos termos dos artigos deste Decreto Geral Interpretativo, que consagram e orientam a especificidade e autonomia que a história lhes concedeu.

Artigo 2º

(Órgãos Sociais)

§1. O processo eleitoral para a designação dos titulares dos Órgãos Sociais das Irmandades das Santas Casas de Misericórdia decorrerá segundo os preceitos dos respectivos Estatutos (Compromissos), aprovados pelo Bispo diocesano, nos termos, quer da lei canónica (cân. 164-179), quer da lei civil.

§2. A lista ou as listas de candidatura bem como as possíveis reclamações, aceites pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deverão ser enviadas ao Bispo diocesano, quando tal seja possível, para conhecimento, em tempo útil, antes do processo eleitoral.

§3. Após o acto eleitoral e depois de proclamados os resultados, compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral conferir posse aos membros eleitos, ficando a eficácia canónica da posse dependente da emissão do competente decreto de homologação por parte do Bispo Diocesano, sem prejuízo dos recursos eclesiásticos eventualmente apresentados.

§4. Em caso de não homologação, deve o Bispo Diocesano, no prazo de oito dias, fundamentar, por escrito, perante o Presidente da Assembleia Geral as razões que entende curiais para a não homologação. O Decreto será comunicado aos eleitos e, segundo as regras da prudência, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

§5. Em ponderadas circunstâncias extraordinárias e excepcionais, acordado com o Presidente da Assembleia Geral da Misericórdia em questão, o Bispo Diocesano poderá designar uma comissão administrativa por um período de tempo limitado e nunca superior a seis meses, para que um novo processo eleitoral seja concluído.

Artigo 3º

(Assistente eclesiástico)

§ 1. O exercício de funções culturais por parte da Mesa Administrativa será acompanhado por um sacerdote, assistente eclesiástico ou capelão, provido pelo Bispo diocesano territorialmente competente, sob apresentação da Mesa Administrativa, a quem compete, designadamente:

2
Houng

a) Velar, em representação do Ordinário do lugar, pelo cumprimento das vontades pias e dos legados pios, nos termos dos Cânones 1301º e 1302º do Código do Direito Canónico;

b) Assegurar o cumprimento das tradições, actividades e deveres religiosos próprios da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia e velar pela sua inclusão no programa anual de actividades da mesma Instituição;

c) Velar por que as actividades culturais e religiosas prosseguidas pelas Irmandades das Santas Casas da Misericórdia se harmonizem com as opções, as prioridades e as actividades pastorais da diocese respectiva.

§ 2. A actividade do assistente eclesialístico, de acordo com o espírito das Irmandades da Misericórdia, é voluntária e, em princípio, não passível de remuneração, admitindo, porém, compensação de gastos e despesas.

Artigo 4º

(Programas, Relatórios, Orçamentos e Contas)

Os órgãos de administração das Irmandades das Santas Casas da Misericórdia enviarão, anualmente, ao Bispo diocesano territorialmente competente, quer o Relatório e Contas relativos ao exercício do ano anterior, quer o Programa de Acção e Orçamento para o ano seguinte, após a respectiva aprovação pela Assembleia Geral de Irmãos, nos mesmos termos em que o fazem perante as autoridades civis, para conhecimento e para "visto" no que respeita às actividades culturais e religiosas.

Artigo 5º

(Administração dos bens)

No que respeita à administração dos bens que constituem o património das Santas Casas de Misericórdia, verificar-se-á o seguinte:

a) A alienação de ex-votos oferecidos às Misericórdias ou de coisas preciosas em razão da arte ou da história religiosas depende de licença eclesialística, nos termos do cân. 1292º, 2. do Código do Direito Canónico;

b) Se se tratar de bens afectos a actividades culturais ou religiosas, a sua oneração ou alienação depende de autorização prévia do Bispo diocesano;

c) Relativamente à alienação, ou oneração, ou qualquer outra causa que exceda o modo de administração ordinária, dos demais bens que constituam o património Santa Casa de Misericórdia, proceder-se-á de acordo com o que estiver disposto nos Estatutos (Compromissos), da Santa Casa de Misericórdia. Nestes casos, a Santa Casa de Misericórdia prestará ao Bispo diocesano informação adequada sobre os respectivos negócios jurídicos.

Em tais negócios, que se poderão realizar ocorrendo justa causa, o valor da alienação ou oneração não deverá ser inferior ao da avaliação escrita, feita por perito, como se dispõe na lei civil e canónica (cân. 1293º, 1º e 2º e 1290).

CO
Hony

Artigo 6º

(Disposições estatutárias)

As Irmandades das Santas Casas da Misericórdia farão constar dos seus Estatutos (Compromissos), submetendo-os à aprovação do Bispo diocesano territorialmente competente, disposições que garantam, no caso de as mesmas ainda não constarem dos respectivos Estatutos (Compromissos), que, em caso de extinção de uma Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, o remanescente dos respectivos bens, após os que tiverem o destino decorrente de vinculação legal ou estatutária específica, serão atribuídos a outra Irmandade da Misericórdia ou instituição de expressão católica, com finalidades idênticas, e ouvido o Bispo diocesano territorialmente competente, nos termos das leis canónica e civil.

Artigo 7º

(Enquadramento Legal)

As Irmandades das Santas Casas de Misericórdia constituem pessoas jurídicas de direito canónico, a que o Estado reconheceu personalidade jurídica civil, e têm a sua relação com o Estado sob o enquadramento legal do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e demais legislação aplicável.

Artigo 8º

(Vigência)

O presente Decreto Geral Interpretativo foi promulgado com o consentimento de todos e de cada um dos Bispos diocesanos da Conferência Episcopal Portuguesa e poderá ser revisto ao fim de 25 anos, após diálogo com a União das Misericórdias Portuguesas, entrando em vigor após a publicação.

Dado em Fátima, no dia 2 de Maio 2011

O Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa

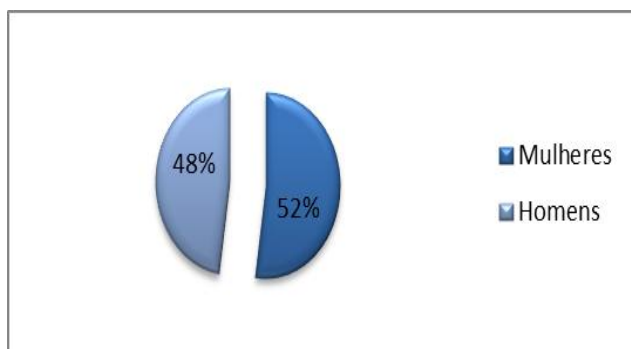
+ Jorge Ferreira da Costa Ortiga
(D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga)

O Secretário

Manoel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão
(P. Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão)

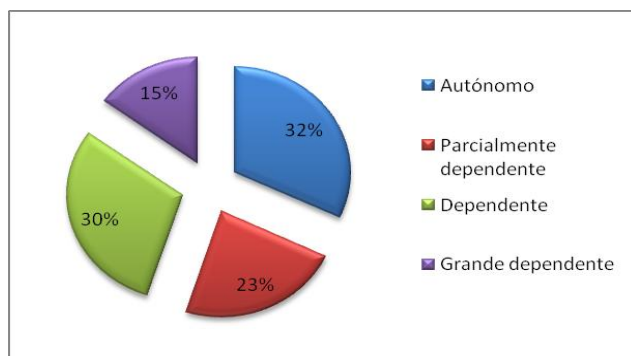
ANEXO II

Gráfico 3 – Distribuição da população do concelho por Género



Fonte: INE

Gráfico 7 – Distribuição dos Idosos em Lar por Grau de Dependência



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Arganil